UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

REBECA CAROLINA SANTOS MACENO

A COEXISTÊNCIA ENTRE TRABALHO, TECNOLOGIA E AS NOVAS MODALIDADES DO TRABALHO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: afirmação ou negação do trabalho?

MACEIÓ-AL
2024

REBECA CAROLINA SANTOS MACENO

A COEXISTÊNCIA ENTRE TRABALHO, TECNOLOGIA E AS NOVAS MODALIDADES DO TRABALHO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: afirmação ou negação do trabalho?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso De Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado/Licenciatura em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Reivan Marinho de Souza

MACEIÓ-AL

2024

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

M141c Maceno, Rebeca Carolina Santos.
A coexistência entre trabalho, tecnologia e as novas modalidades do trabalho nas plataformas digitais : afirmação ou negação do trabalho? / Rebeca Carolina Santos Maceno. – 2024.
80 f.

Orientador: Reivan Marinho de Souza.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 78-80.

1. Modalidade de trabalho. 2. Tecnologias de Informação e Comunicação. 3. Plataformas digitais. 4. Precarização do trabalho. I. Título.

CDU: 364 : 331.102.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Documento assinado digitalmente
gov.br
REBECA CAROLINA SANTOS MACENO
Data: 02/07/2024 18:29:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Discente: **REBECA CAROLINA SANTOS MACENO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 27/06/2024____

Título: **A COEXISTÊNCIA ENTRE TRABALHO, TECNOLOGIA E AS NOVAS MODALIDADES DO TRABALHO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: AFIRMAÇÃO OU NEGAÇÃO DO TRABALHO?**

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br
REIVAN MARINHO DE SOUZA
Data: 28/06/2024 15:17:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Reivan Marinho de Souza (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br
JAPSON GONCALVES SANTOS SILVA
Data: 30/06/2024 13:58:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Japson Goncalves Santos Silva (examinador interno)

Documento assinado digitalmente
gov.br
MANUELLA ARAGAO PINHEIRO
Data: 01/07/2024 21:32:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

A.S. Ma. Manuella Aragão Pinheiro (examinadora externa)

Para meus país, Talvanes e Rita.

Para minha irmã, Clarice.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da graduação, e mesmo antes, foram várias as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para minha jornada, que chegou (acompanhada da sensação melancólica que só os fins e novos começos carregam) ao fim do caminho. Nesse curto espaço quero agradecer a algumas dessas pessoas. Primeiro, à minha orientadora Reivan Souza. Não só pela orientação que culminou nesse trabalho, mas por todas as orientações, conselhos e carinho, na academia e para além. Minha experiência na graduação não teria sido a mesma sem a senhora. Mil vezes obrigada.

Quero agradecer também aos meus colegas do Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social, pelos debates para lá de enriquecedores e pela amizade. Gratidão também às minhas colegas de turma e todas as pessoas importantes que cruzaram o meu caminho na Faculdade de Serviço Social, sejam alunos ou professores. Em especial às minhas queridas amigas desde que as aulas ainda eram online: Millena, Fátima, Sulamita, Aline e Erika. Obrigada pelas discussões, risadas e por sempre acreditarem em mim.

Um obrigada especial também para as pessoas para além da universidade, que sempre estiveram do meu lado: minhas amigas de infância, meu amigo Eliel, minha família, minha vovó Dilma e a minha psicóloga Patrícia, que ajudou a me manter sã desde os meus dezesseis anos, quando eu tinha crises de ansiedades só de pensar em provas de matemática. E, por fim, quero agradecer à minha irmã Clarice por ser a pessoa mais paciente e amorosa do mundo. E aos meus pais, Talvanes e Rita, que me ensinaram desde muito cedo, através de livros, arte, música, conversas e de muito amor, que a educação era o caminho.

“Brilhar para sempre,
brilhar como um farol,
brilhar com brilho eterno,
gente é pra brilhar,
que tudo o mais vá para o inferno,
este é o meu slogan
e o do sol” (Maiakóvski, 2003, p.87)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo as novas modalidades de trabalho vinculadas às tecnologias de comunicação e informação – TICs e sua relação com a categoria trabalho na contemporaneidade. Objetiva-se, por meio desse estudo final de curso, analisar a relação entre trabalho, tecnologia e as novas modalidades de trabalho na contemporaneidade, com vistas a apreender se a categoria trabalho permanece fundante das relações sociais, categoria imprescindível que impulsiona o desenvolvimento tecnológico intenso e acelerado que marca a fase do capitalismo atual, com a insurgência das novas modalidades de trabalho relacionadas às TICs e às plataformas digitais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa teórica, na modalidade bibliográfica, referenciada em autores clássicos e contemporâneos da tradição marxista, cujos fundamentos teórico-metodológicos possibilitaram sistematizar os elementos fundantes da categoria trabalho e da sociabilidade capitalista, explicitar as novas modalidades de trabalho e seus impactos no âmbito da precarização e do controle do trabalho no capitalismo contemporâneo, e demonstrar se estas tecnologias afirmam ou não a determinação ontológica fundante da categoria trabalho. Desse modo, por meio da pesquisa realizada, foi apreendido que as tecnologias de informação e comunicação/ TICs, postas pelo recrudescimento do desenvolvimento da reestruturação produtiva nos anos 2000, mundialmente, com a expansão desenfreada da aplicação da microeletrônica e da informática na esfera produtiva e nos serviços, haja vista a urgência em garantir a reprodução da composição orgânica do capital em crise estrutural, universalizam novas formas de trabalho alienado/abstrato (trabalho informal, uberizado, e *full time*) que intensificam a precarização do trabalhador e trazem à tona novos mecanismos de controle objetivos e subjetivos do trabalho. Em especial, a propalada autonomia do trabalhador diante da suposta inexistência do controle do tempo, dos instrumentos do trabalho, da gerência do processo de trabalho e das relações de trabalho formais, postas pelas TICs, mascaram o controle, a contradição fundante entre capital e trabalho; intensificam, por outro lado, a exploração do trabalhador, com a convivência tênue entre as formas da mais valia relativa e absoluta. Assim, verifica-se que o desenvolvimento tecnológico avançado na atualidade é necessário à contínua reprodução da relação capital, contudo, não consegue superar a dimensão fundante da categoria trabalho, haja vista o seu caráter imanente para a constituição da vida material, social. Continuar desvendando os liames dessa categoria é imprescindível para a defesa da natureza e do ser social em face da aceleração do caráter destrutivo do capital no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: trabalho; tecnologia; TICs; controle; precarização; plataformas digitais

ABSTRACT

This term paper aims to discuss new working models linked to Informational and Communication technology – ICTs and their relationship with the work category in contemporaneity. The objective of this term paper study is to analyze the relationship between work, technology and new modalities of work in contemporary times, with a view to understanding whether the work category remains the foundation of social relations, an essential category to understand the intense and accelerated technological development that marks the current phase of capitalism, with the insurgency of new working models related to ICTs and digital platforms. To this end, theoretical research was carried out in the bibliographical modality, referenced in classic and contemporary authors of the Marxist tradition, whose theoretical-methodological foundations made it possible to systematize the founding elements of the work category and capitalist sociability, explaining the new models of working and their impacts. Within the scope of precariousness and control of work in contemporary capitalism, demonstrate whether these technologies affirm the founding ontological determination of the work category. Thus, through the research carried out, it was learned that communication and information technologies/ICTs, brought about by the resurgence in the development of productive restructuring in the 2000s worldwide, with the unbridled expansion of the application of microelectronics and information technology in the productive sphere and services, given the urgency to guarantee the reproduction of the organic composition of capital in a structural crisis, universalize new forms of alienated/abstract work (informal, uberized, and full-time work) that intensify the precariousness of workers and bring to light new control mechanisms objectives and subjective aspects of the work. In particular, the vaunted autonomy of the worker in the face of the supposed non-existence of control over time, work instruments, management of the work process, and formal work relations created by ICTs, masks the control; the fundamental contradiction between capital and work, on the other hand, intensifies the exploitation of workers with the tenuous coexistence between the forms of relative and absolute surplus value. Thus, it appears that today's advanced technological development is necessary for the continuous reproduction of the capital relationship; however, it cannot overcome the founding dimension of the work category, given its immanent character for the constitution of material and social life. Continuing to unravel the links in this category is essential for the defense of nature and social beings in the face of the acceleration of the destructive character of capital in the contemporary world.

Keywords: Work; Technology; ICTs; Control; Precarization; digital platforms

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Airbnb	Air Bed and Breakfast
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTs	Informational and Communication Technology
ILO	International Labour Organization
OIT	Organização Internacional do Trabalho
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA 14

2.1 O trabalho fundante do ser social e o trabalho abstrato como expressão dos processos de alienação 14

2.2 As formas originárias da produção capitalista na manufatura e grande indústria 25

2.3 As formas contemporâneas da produção capitalista: taylorismo-fordismo e toyotismo 35

3 TECNOLOGIA, CONTROLE E MODALIDADES DE TRABALHO CONTEMPORÂNEAS 46

3.1 Tecnologia e controle da força de trabalho na atualidade 46

3.2 As novas modalidades de trabalho na era da tecnologia digital 55

3.3 Seria o fim da categoria trabalho? 67

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 75

REFERÊNCIAS 78

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de curso ora apresentado, intitulado "**A COEXISTÊNCIA ENTRE TRABALHO, TECNOLOGIA E AS NOVAS MODALIDADES DO TRABALHO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: afirmação ou negação do trabalho?"** resulta da sistematização da pesquisa desenvolvida no Programa de Iniciação Científica/ PIBIC na UFAL, nos ciclos (2022-2023) e (2023-2024) composto pelos seguintes planos de trabalho: *"**CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO X DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NOS PROCESSOS PRODUTIVOS CAPITALISTAS",*** e: "***AS NOVAS MODALIDADES DE TRABALHO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: perfis, condições e relações de trabalho precário*"**. Vinculados ao Projeto "TECNOLOGIA X TRABALHO NA ERA DIGITAL: formas contemporâneas de controle do trabalhador" vinculado ao Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social, sob a orientação da Profa. Dra Reivan Marinho de Souza.

No capitalismo contemporâneo se evidencia, desde os anos de 1970, uma crise[1] recessiva de natureza estrutural, determinada pela queda tendencial das taxas de lucro que afeta o cerne da reprodução do capital, a dinâmica do desenvolvimento capitalista e a reprodução da classe trabalhadora, agravando, sobretudo, as desigualdades sociais no mundo, principalmente nos países periféricos. Para enfrentar esta crise e as suas demandas de reprodução ampliada, o capital desenvolve estratégias como a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e o incremento dos processos de financeirização (Netto e Braz, 2007, p. 226).

Nesse contexto, a reestruturação produtiva, em particular, requer o avanço acelerado das forças produtivas, do desenvolvimento tecnológico, seguindo uma das tendências das relações produzidas pela lei geral da acumulação capitalista (Marx, 1996, 245) - avanço tecnológico para aumentar a produção de mercadorias, realizar a composição orgânica do capital e acumulá-lo,

---

[1] Para Ricardo Antunes (2009, p. 31), alguns dos traços mais evidentes, que são tanto respostas como expressões da crise estrutural do capital são: queda da taxa de lucro, impulsionada, também, pelo aumento do preço da força de trabalho, bem como pela intensificação das lutas sociais nos anos de 1960; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais; crise do Estado de Bem-Estar Social; aumento das privatizações, desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos, mercados e força de trabalho. O autor explica, a partir de Robert Brenner (1999 apud Antunes, 2009), que a crise estrutural avança ao passo em que há uma crise de produtividade acarretada pelo excesso de capacidade e de produção fabril em nível global, na medida em que países como Japão e Alemanha expandiram sua produção e, consequentemente, reduziram fatias do mercado e taxas de lucro rivais, impactando as taxas de lucratividade no setor manufatureiro. Para Brenner: "Foi a grande queda de lucratividade dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e do mundo capitalista adiantado como um todo – e sua incapacidade de recuperação – a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração durante o último quartel do século, [a partir] do colapso da ordem de Bretton Woods entre 1971 e 1973" (Brenner, 1999 apud Antunes, 2009, p. 32). Discutiremos mais a respeito da crise estrutural a partir da página 54.

a qual contraditoriamente produz o agravamento das condições precárias de trabalho e de reprodução da classe trabalhadora, do desemprego e o redimensionamento do exército industrial de reserva, que se traduz hoje na diversidade das modalidades de trabalho informal, uberizado, e *full time.*

Em paralelo aos fenômenos que a reestruturação produtiva e o avanço tecnológico acelerado que a acompanha trazem no mundo do trabalho, as condições de vida precária da classe trabalhadora são também intensificadas pelo neoliberalismo e a consequente crise do Estado Social. Ora, o neoliberalismo é a ideologia do Estado mínimo socialmente, mas máximo ao capital, é a restauração do mercado como instância mediadora das relações sociais (Netto, 2012, p. 84). Dessa forma, temos um contexto histórico no qual, de um lado se ataca a proteção social, por meio de estratégias de contenção de gastos e responsabilidade financeira com base na ideologia neoliberal, resultando em políticas sociais marcadas pela focalização, privatização e descentralização (Behring e Boschetti, 2007, p. 156) e, do outro, a intensificação das condições precárias de trabalho com a Restruturação produtiva e o consequente espraiamento do trabalho flexível e informal, que exige do trabalhador a polivalência, acompanhado pela desregulamentação do trabalho. É, nesse contexto de espraiamento do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e do controle do capital financeiro na reprodução econômica do desenvolvimento capitalista, que ocorre a atual generalização de trabalhadores precarizados e sem garantias sociais e trabalhistas.

É nessa realidade desafiadora que se delineia nossa pesquisa, resultando na elaboração do TCC, o qual tem como objetivo geral analisar a relação entre trabalho, tecnologia e as novas modalidades de trabalho na contemporaneidade. Isto é, propõe explicitar porque e como a partir do desenvolvimento tecnológico acelerado, proporcionado pela incorporação da microeletrônica e da informática na esfera produtiva e nos serviços com a adoção do toyotismo, a tecnologia vem sendo apropriada pelo capital para evocar o surgimento das novas modalidades de trabalho alienado/abstrato, que se proliferaram desenfreadamente com a emergência das Tecnologias da Informação e Comunicação/ TICs e das plataformas digitais. Nesse sentido, procuramos relacionar os fundamentos da categoria trabalho à emergência das novas modalidades de trabalho, vinculadas às TICs e às plataformas digitais para investigar se a dimensão fundante da categoria trabalho é superada ou não na atualidade.

O estudo desse fenômeno é relevante para a sociedade, para os trabalhadores, pois ao propormos problematizar acerca da funcionalidade da tecnologia na reprodução da sociedade capitalista e de que modo o capital, nesse processo, produz novas contradições -em particular formas mais sutis de controle do trabalho-, contribuímos para desvendar a configuração

desenfreada das novas relações e contratos de trabalho flexíveis, terceirizados que afetam a classe trabalhadora, e podemos apreender com a complexificação das formas do trabalho abstrato se a categoria trabalho continua fundante das formações sócio-históricas. Os dados da realidade contemporânea demonstram a importância da análise e da intervenção profissional.

O TCC foi elaborado tendo como referência uma pesquisa teórica, na modalidade bibliográfica, na qual foram analisadas as obras de autores clássicos e contemporâneos, herdeiros fundamentalmente da tradição marxista. Através da pesquisa, apreendemos os fundamentos do trabalho, a formação da sociabilidade capitalista, a funcionalidade da tecnologia, a configuração das modalidades de trabalho nas plataformas digitais - que ocupam importante papel no mundo do trabalho contemporâneo - e as formas atuais de controle do trabalho.

O método de pesquisa adotado, a despeito das aproximações iniciais, não é senão o método materialista histórico-dialético, do qual bem nos lembra Lukács "O materialismo dialético, a doutrina de Marx, deve ser conquistado, assimilado, dia a dia, hora a hora, partindo-se da práxis" (LUKÁCS, 2008, p. 41, grifo do autor). Desse modo, através das leituras, fichamentos, sínteses de obras clássicas e contemporâneas e dos dados referentes às novas modalidades de trabalho, derivadas das plataformas digitais, aproximamo-nos do objeto de pesquisa, procurando apreender suas determinações mais simples até chegar às determinações mais gerais, tendo como referência o real, a práxis. Procuramos, portanto, apreender os fundamentos histórico-materiais articulados às expressões contemporâneas do fenômeno em questão.

O TCC está estruturado em três seções, na primeira seção está a introdução; na segunda seção são abordados os fundamentos da categoria trabalho e da sociabilidade capitalista, bem como as formas capitalistas de organizar e gerir o trabalho no capitalismo desde seus primórdios (com a manufatura e grande indústria) até as formas de organização que marcam o capitalismo monopolista, na produção taylorista/fordista e no toyotismo; na terceira seção, expõe-se sobre o desenvolvimento tecnológico contemporâneo, sua funcionalidade à acumulação ampliada do capital e às novas modalidades de trabalho alienado/abstrato que emergem a partir desse desenvolvimento, tal como seus impactos no âmbito do controle e da precarização do trabalho. Por fim, estão sistematizadas as reflexões que argumentam se, mesmo diante dessas transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico, a categoria trabalho continua fundante das relações sociais.

Isto posto, para o Serviço Social, a relevância da pesquisa, sistematizada neste TCC, está na análise da relação entre trabalho, tecnologia e os fundamentos histórico-materiais da

sociabilidade capitalista, pois, possibilita explicitar a dinâmica atual dos processos produtivos flexíveis, o avanço das modalidades de trabalho nas plataformas digitais, a exemplo da uberização, processos que desafiam, impactam a reprodução da classe trabalhadora, na medida em que agravam as desigualdades sociais latentes, as situações de precariedade e alienação, tão caras à análise e à intervenção profissional dos assistentes sociais.

Por fim, os/as leitores/as estão convidados/as a apreciar as reflexões contidas neste trabalho.

2 OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Nesta segunda seção se concentra a análise dos fundamentos ontológicos do trabalho e da sociabilidade capitalista. Aborda-se a categoria trabalho como *fundante do ser social*, a partir dos estudos de Marx e Lukács e do modo como o trabalho se constitui nas formações sócio-históricas. A análise da categoria trabalho no primeiro item expõe o trabalho como atividade que funda as sociabilidades e a dimensão alienada do trabalho - o trabalho abstrato - como se torna determinante na reprodução do capitalismo. Apreendidos esses elementos, são destacadas as formas de organização produtiva e a gestão do trabalho, desde as suas primeiras formas tipicamente capitalistas: manufatura e grande indústria, analisadas no segundo item, até as formas de produção que marcaram e marcam o capitalismo contemporâneo como taylorismo/fordismo e toyotismo, analisados no terceiro item desta seção. Evidenciando, assim, a relação entre a categoria trabalho e tecnologia no desenvolvimento da sociabilidade capitalista.

2.1 O trabalho fundante do ser social e o trabalho abstrato como expressão dos processos de alienação

Para a tradição marxista o trabalho é uma categoria fundamental. Por quê? Ora, "Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza" (Marx, 1996, p. 297). Portanto, é através do trabalho que o homem[2] se relaciona com a natureza, transformando-a de forma que retire dela o necessário para satisfazer as suas mais diversas necessidades, criando, para tanto, valores de uso. Sobre o valor de uso, Lukács afirma que:

> Antes de o valor de uso chegar a uma relação reflexiva com o valor de troca, o que só pode ocorrer em um estágio já relativamente muito elevado, o valor de uso não designa mais que um produto de trabalho que o ser humano é capaz de utilizar na reprodução de sua existência (Lukács, 2018, p. 10).

Desse modo, ao passo em que realiza o metabolismo com a natureza, o homem produz valores de uso, resultados do processo de trabalho que permitem, acima de tudo, os homens a se reproduzirem. Daí o caráter ineliminável do trabalho ao homem, que sempre precisa interagir e transformar a natureza para existir, é "[...] condição universal do metabolismo entre o homem

[2] A palavra homem é usada ao longo desse trabalho no sentido de gênero humano.

e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais" (Marx, 1996, p. 303).

O trabalho, contudo, para o ser humano, é mais do que uma atividade que o permite se reproduzir, ora, se somente assim fosse não haveria diferença entre o trabalho realizado pelo homem e atividade realizada por animais, tal como, seguindo o exemplo das abelhas dado por Marx (1996, p. 298). A diferença fundamental é que o homem realiza o trabalho de maneira *consciente*, com finalidades, e isso, na história do ser,[3] emerge como algo inédito. O homem, nesse sentido, utiliza-se, como nos revela Marx (1996), da sua corporeidade, de suas potências, para objetivar, isto é, realizar na natureza algo que antes já preexistia na sua consciência, e isso vai fazer, como a história do ser social nos prova, toda a diferença.

Dito isto, o trabalho não é somente uma categoria inerente e exclusivamente humana, mais do que isso, é a partir do trabalho que se funda o ser social, a humanidade. Segundo Lukács (2018) "No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social. O trabalho pode ser considerado, portanto, como o fenômeno originário, como modelo do ser social" (Lukács, 2018, p. 10). O autor continua argumentando e explica:

> [...] porque todas as outras categorias dessa forma de ser já são, em sua essência, de caráter puramente social; suas qualidades, seu modo de operatividade surgem apenas no ser social já constituído, o tipo de sua manifestação, por mais primitivo que possa ser, pressupõe o salto já consumido. Apenas o trabalho tem sua essência ontológica em um pronunciado caráter de transição: sua essência é uma inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza, e tanto a inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) quanto a orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (Lukács, 2018, p. 10).

Isso significa que todas as outras categorias do ser social já emergem como categorias que se desenvolveram em um ser que se difere da natureza orgânica e inorgânica, em um ser *social*. O trabalho, por sua vez, emerge em meio a luta pela existência (Lukács, 2018), como a categoria de transição entre o ser orgânico e aquilo que virá a ser o ser social, é através dele que vai haver a possibilidade para o salto ontológico acontecer e o ser social vir a se constituir, e

[3] Para Lukács existem três esferas ontológicas que se articulam entre si: a inorgânica, a orgânica e a social. A esfera social produz o ser social, que emerge a partir do trabalho e "[...] se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teologicamente posta" (Lessa, 2016, p. 20).

isso só ocorre na medida em que é no ato do trabalho que aparece pela primeira vez a *teleologia*.

E o que seria a teleologia? Ora, teleologia é, justamente, aquilo que foi mencionado anteriormente e diferencia o trabalho humano da atividade biológica e instintiva feita pelos outros animais, isto é, pensar, idear, planejar anteriormente na consciência aquilo que se quer realizar, é agir com finalidades, conscientemente. A teleologia que ocorre no trabalho tem caráter fundamentalmente material, o que dará origem a uma nova objetividade que ainda não existia na natureza, por isso o trabalho é a forma original de toda a práxis (Lukács, 2018).

Contudo, como nos lembra Sérgio Lessa (2016, p. 34) "Nada existe senão no interior de relações causais", nada existe fora de uma totalidade. O que isso quer dizer? Quer dizer que o resultado do trabalho se insere em um mundo permeado de nexos causais, de relações de causa e efeito, que podem até mesmo ser desencadeadas pelos resultados do trabalho. Segundo afirma o autor:

> Ao se alterar o existente, pela objetivação de uma prévia-ideação, advêm conseqüências e resultados inesperados que resultam em novas necessidades e em novas possibilidades para atender a estas necessidades. Lukács se refere a um "período de conseqüências". Os indivíduos, então, operam novas prévias-ideações tendo em vista as novas exigências e possibilidades que surgiram, efetuam novas objetivações, dando origem a novos objetos que, por sua vez, desencadeiam novos nexos causais, etc (Lessa, 2018, p. 35).

Desse modo, no trabalho se encontra tanto a teleologia como a causalidade, categorias opostas de um mesmo processo unitário (Lukács, 2018). A causalidade se transforma no trabalho em uma causalidade posta (Lukács, 2018), já que os resultados do trabalho desencadeiam uma relação de causa e efeito. Portanto, ainda que no ato do trabalho apareça pela primeira vez a teleologia, não significa que os resultados do trabalho sejam também teleológicos, eles são, na verdade, submetidos aos nexos causais que perpassam a realidade, e podem ter não só efeitos não previstos por aquele que o criou, como completamente opostos.

Segundo Lukács (2018), ao longo da história da filosofia, a teleologia foi por vezes universalizada, a ponto de os acontecimentos puramente casuais ou resultados da causalidade fossem entendidos como resultados de ação teleológica de algo transcendente. Para Lukács, essa necessidade de explicar a história como algo teleológico tem a ver com uma necessidade bastante humana: a de procurar sentido na vida "Como se já estivesse assentado que tudo o que acontece tivesse de ter um sentido" (Hartmann apud Lukács, 2018, p. 14).

Nesse ínterim, a partir do trabalho é posto algo novo na natureza, algo do qual as possibilidades de existir já se encontravam na natureza, mas cujas leis, combinações e

possibilidades só podem existir a partir do trabalho. É aqui que se entrelaçam teleologia e causalidade (Lukács, 2018), pois na medida em que o homem realiza o trabalho, procura conhecer os nexos causais da natureza, pesquisa os meios de realizá-lo e, ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo. Acerca disso, Marx (1996) argumenta que "Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio" (Marx, 1996, p. 297).

Marx (1996, p. 298), ao tratar da categoria trabalho, aponta que os elementos simples do processo de trabalho são, além da própria atividade orientada a um fim, objeto de trabalho e meios de produção. Logo, objetos e meios de produção são partes fundamentais do processo de trabalho. A terra é, de acordo com o autor, objeto geral do trabalho e tudo aquilo que o sujeito somente retira dela é considerado objeto de trabalho já pré-existente na natureza. Contudo, se o objeto do trabalho já tiver tido algum tipo de trabalho anterior sobre ele irá ser considerado *matéria-prima.*

Sobre os meios de trabalho, Marx os define como complexo de coisas, ou a coisa, que irá fazer a mediação entre o objeto de trabalho e a atividade trabalho, permitindo a realização do trabalho sobre o objeto. Tudo que o trabalhador adquire de maneira direta, somente se utilizando de sua corporeidade (excluindo aquilo que serve para sua subsistência, como o caso de frutas) é meio de trabalho, a exemplo de pedras. Na medida em que o processo de trabalho se desenvolve, se faz necessário cada vez mais meios de trabalho que já tenham trabalho sobre eles, ou seja, que sejam matérias primas. O autor também destaca a importância dos meios de trabalho para vislumbrar formas de sociedade anteriores:

> Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só mediadores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha (Marx, 1996, p.299).

Logo, através dos meios de trabalho é possível reconstruir como o trabalho era realizado em determinadas épocas econômicas, o que permite medir não só até que ponto as forças produtivas tinham se desenvolvido, mas também quais as condições sociais em que o trabalho era realizado. Marx ressalta ainda que os meios de trabalho também dizem respeito às condições gerais objetivas que são necessárias para a realização do trabalho, a exemplo da terra, estradas, pontes etc. O desenvolvimento das forças produtivas, portanto, o desenvolvimento tecnológico, é parte elementar do trabalho, processo que está articulado ao desenvolvimento do ser social.

Assim, vai se constituindo o ser social que reflete o mundo objetivo na sua consciência, como um objeto que independe do homem, destacando-se cada vez mais da natureza. A partir do reflexo, o sujeito observa e reproduz na sua consciência o mundo objetivo no qual ele transforma através do trabalho e, ao fazer isso, difere entre sujeito-objeto, "Se o sujeito, enquanto destacado na consciência do mundo objetal, não fosse capaz de o observar, de o reproduzir em seu ser-em-si, aquela posição de finalidade que está na base já do trabalho mais primitivo jamais poderia ter lugar" (Lukács, 2018, p. 29).

Lembremos, porém, que esse afastamento do homem das barreiras naturais nunca desemboca na ruptura com a natureza, a humanidade só existe em relação com ela. Por conseguinte, através do trabalho, vai ocorrendo um processo de humanização (Netto e Braz, 2012).

Para Engels,

> Quando o homem se separa definitivamente do macaco esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando em seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade (Engels, s/d, p. 273).

A sociedade emerge a partir desse processo de humanização, cujo ponto de partida é o trabalho. Vão se desenvolvendo as habilidades dos homens, seus conhecimentos, suas potências e seus sentidos, os atos teleológicos passam não somente a serem realizados na esfera do trabalho, mas também além dele, naquilo que Lukács (2018, p. 47) chama de teleologia secundária, isto é, teleologias que surgem com o objetivo de agir não na natureza, mas sobre outros homens. Surgem as artes, a ciência, a filosofia etc., que, tal como o trabalho, são parte do que se constitui como práxis, isto é, as objetivações humanas, que nem sempre são a transformação da natureza, não se resumem, portanto, ao trabalho, (Netto e Braz, 2012).

Cada sujeito que compõe a humanidade, por mais distanciada que seja a relação entre gênero e exemplar genérico no ser social, é parte do unitário gênero humano, "Pois, tenham ou não consciência os seres humanos que agem, em todo comportamento humano está contido uma orientação para a generidade" (Lukács, 2018, p. 189). Ou seja, todo o processo de humanização, desde o primeiro ato do trabalho até os dias de hoje constitui o caminho do qual percorre o ser social e, consequentemente, o gênero humano. Para Marx:

> O homem [se] apropria da sua essência omnilateral de uma maneira

> omnilateral, portanto como um homem total. Cada uma das suas reações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, saborear, tatear, pensar, intuir, sentir, querer, ser ativo, amar, em suma, todos os órgãos da sua individualidade, bem como os órgãos que são imediatamente na sua forma órgãos comunitários, [VII] são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da realidade *humana* (precisamente por isso ela é tão múltipla quanto múltiplas são as *determinações essenciais* e *atividades* humanas), *eficácia* humana e *sofrimento [Leiden]* humano, pois o sofrimento humanamente apreendido é uma autofruição do homem (Marx, 2015, p. 349).

Sendo assim, o indivíduo singular se apropria daquilo que foi produção do seu gênero ao longo da história, ele se exterioriza[4], desenvolvendo seus sentidos, sua subjetividade, sua personalidade, seu modo de ser, a partir da herança deixada pelo seu gênero, que tem como ponto de partida, ainda que o desenvolvimento do gênero jamais se limite a ele, o trabalho. O trabalho é a atividade genérica do homem, que permite que este se constitua enquanto ser genérico, enquanto ser social. Marx afirma que

> Precisamente por isso, [é] só na elaboração do mundo objetivo [que] o homem se prova realmente como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela, a natureza aparece como obra sua e sua realidade. O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem, na medida em que ele se duplica não só intelectualmente, como na consciência, mas também operativamente (werktãtig), realmente, e contempla-se por isso num mundo criado por ele (Marx, 2012, p. 313).

Entretanto, ao longo da história do desenvolvimento do ser social, a relação do homem com o trabalho, a atividade que o funda e dá start ao desenvolvimento humano, se torna uma relação alienada, mas o que isso quer dizer? Lessa sintetiza a alienação da seguinte forma:

> Algumas das objetivações, em momentos historicamente determinados, podem se transformar, de impulsos, em obstáculos ao desenvolvimento da humanidade. E, nesses momentos, tais objetivações, ao invés de contribuir com o devir-humano dos homens, se transmutam em negação da essência humana, em expressão da desumanidade criada pelo próprio homem. A esses momentos de negatividade, que constituem obstáculos sócio-genéricos ao devir-humano dos homens, Lukács denomina, após Marx, de alienação (Entfremdung) (Lessa, 2018, p. 102).

A alienação é o resultado dos atos dos próprios homens que se voltam para eles como

[4] Exteriorização é o momento inerente ao trabalho no qual, ao realizar a objetivação, a consciência entra em contato com o mundo objetivo, há, nesse sentido, o confronto entre o que pensamos do mundo e o que ele realmente é. "Por essa exteriorização, os indivíduos produzem novas habilidades, novas sensibilidades e conhecimentos, se transformam ao transformar o mundo. A exteriorização, em Marx, é um primeiro momento pelo qual, ao transformar a natureza, transformamos nossas próprias naturezas de seres humanos" (Lessa, 2015, p. 468)

entraves ao desenvolvimento do gênero humano e das suas personalidades; tem-se, portanto, em vez da realização da generidade, a sua negação. Da capacidade de remeter para além de si mesmo, de pôr causalidades postas, os resultados dos atos singulares dos indivíduos acabam por escapar de seu controle. O trabalho, "[...] põe não apenas os fundamentos das sociedades de classes, mas, em um patamar mais geral, os fundamentos da alienação humana" (Andrade, 2020, p. 4).

Temos, assim, o trabalho alienado. Ainda que formas de trabalho alienado sejam destruídas ao longo da história, novas formas de alienação se desenvolvem cada vez mais sociais e elevadas (Lukács, 2018).

Marx (2015), nos Manuscritos de 1848, discorre sobre o trabalho alienado na sociabilidade capitalista. Segundo o autor, a objetivação do trabalho, o produto que o trabalhador produz ao longo do processo de trabalho, tem para ele uma relação de alienação, afinal, ele não pertence ao trabalhador, mas sim a um outro que se apropria do objeto de trabalho. O trabalhador não se reconhece naquele produto que produziu e pior que isto, esse produto aparece a ele como desrealização, como um poder autônomo que o subordina e o domina.

Contudo, o produto do trabalho só pode estar para o trabalhador em uma relação de alienação se o próprio processo de trabalho for um processo alienado. Ou seja, aquela que era para ser a atividade que faz do homem ser genérico, que o diferencia dos animais, é para ele uma atividade alienada que o nega. O trabalho emerge para o homem, não como satisfação de necessidades, mas meio para satisfazer necessidades que são a ele externas (Marx, 2015). É o que Netto aponta como autoalienação "No próprio processo do trabalho, assim, o operário se *aliena de si*: daquilo que não é autoatividade resulta a perda dele próprio (*autoalienação*)" (Netto, 2015, p. 73)

Conforme mencionado, o homem é um ser genérico, e ele só o é a partir do trabalho, que não é senão a atividade genérica do homem, o ponto de partida para o gênero humano. Entretanto, se o trabalho, que faz da humanidade gênero humano, se manifesta hoje como um trabalho alienado, conclui-se, e não poderia ser diferente, que o homem está alienado também de seu próprio gênero, tal como da natureza e de si mesmo, da sua humanidade. Dessa forma, para Marx "No modo de atividade vital reside todo o caráter de um species, o seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A própria vida aparece apenas como meio de vida" (Marx, 2015, p. 312).

Se existe o predomínio do trabalho alienado, que só o é na medida em que o produto do trabalho de uns pertencem não àqueles que o produziram, mas a outros que dele se apropriam,

significa dizer que os homens estão também alienados uns dos outros. Enquanto o trabalho será desrealização, barbárie e miséria, para uns vai ser, como coloca Marx, fruição e alegria de outros (Marx, 2015, p. 316).

Ainda que o trabalho alienado atravesse a sociedade de classes sob várias formas (escravismo, modo de produção asiático, feudalismo), essa forma específica de trabalho alienado do qual Marx (1996) descreve, não é, senão, a forma na qual trabalho se reveste no modo de produção capitalista. Marx a denomina de trabalho abstrato. O trabalho alienado ou trabalho abstrato, que caracteriza a sociabilidade capitalista, se universaliza através de vários processos, dos quais Marx escreve sobre, no capítulo de XXIV de *O Capital, "A assim chamada acumulação primitiva"* (1996). É só através desse conjunto de processos que vamos ter as condições que Marx considera primordiais para a produção capitalista acontecer. Isto é, que de um lado se tenha trabalhadores que nada mais tem além da sua força de trabalho para oferecer, e que, de outro, se tenha a concentração de riquezas, meios de subsistência e meios de produção na mão dos capitalistas (Marx, 1996).

Só assim poderia ser estabelecida a relação social que fundamenta o modo de produção capitalista, a relação capital versus trabalho. "Pois, para haver capital – que, na essência, é uma *relação social* de produção -, duas espécies de possuidores de mercadorias necessitam defrontar-se no mercado na condição de agentes dinamicamente centrais (medulares) de todo o processo econômico" (Fiuza, 1999, p. 30).

Dessa forma, mediante à acumulação primitiva, vão sendo realizados processos violentos que não só separam os trabalhadores dos seus meios de produção, deixando-os sem escolha a não ser vender sua força de trabalho, mas que também os disciplina a aceitarem suas novas condições de existência como trabalhadores assalariados[5]. É, portanto, por meio da acumulação primitiva que o capital surgiu para universalizar e se tornar determinante. É importante salientar que o capital e as mercadorias já existiam anteriormente ao capitalismo, "[...], mas é só no capitalismo que ela se torna a forma elementar da riqueza, a forma geral dos produtos do trabalho" (Ferreira, 1992, p. 35). Na medida em que mercadoria e capital vão se tornando cada vez mais determinantes, vão sendo destruídas, pouco a pouco, os entraves colocados pelo feudalismo aos seus desenvolvimentos.

Andrade (2020) explica, na esteira de Lukács, que o feudalismo em determinado

[5] Um exemplo dado por Marx (1996) são as leis sanguinárias - um conjunto de leis violentas que visavam combater a "vagabundagem" através de severas repreensões para aqueles que mendigavam, como perder uma orelha ou ser açoitado. As leis sanguinárias representam bem o papel que o Estado vai ter ao longo do desenvolvimento capitalista, sendo um sustentáculo para sua consolidação e reprodução.

momento histórico adentra em um beco sem saída. Ele esbarra no próprio desenvolvimento das suas forças produtivas, deparando-se com contradições que ele não consegue escapar.

> [...] a "época de ouro" da servidão termina nos séculos XV e XVI, quando há uma exploração cada vez mais desenfreada dos camponeses com a transformação da renda da terra em renda em dinheiro, por onde os senhores feudais buscam fazer frente à concorrência dos patrimônios urbanos, dando objetivamente, desta maneira, uma contribuição notável ao desmoronamento do sistema feudal. De fato, nesse momento, de maneira diversa nos diversos países, se apresenta o grande dilema da crise do feudalismo: ou provocar uma segunda servidão, dessa maneira aprofundando ainda mais e perpetuando a sua crise ou, por meio da acumulação originária, liquidar todo o sistema (Lukács, 1986 *apud* Andrade, 2020, p. 12).

Com o desenvolvimento cada vez maior do capital, do comércio e a ascensão da burguesia, a saída histórica que os homens tomam acaba por resultar na implosão do feudalismo. Abre-se as condições para emergir um novo modo de produção, cujos fundamentos para que viesse a existir estavam dados no próprio feudalismo. Surge aquele que será o primeiro estágio do capitalismo: o mercantilismo.

> O mercantilismo representa a primeira etapa da era propriamente capitalista; uma fase histórica do processo civilizatório onde não somente o excedente econômico continuou a ser comercializado (como se deu até a baixa Idade Média), mas a partir da qual *todo o esforço industrial produtivo passou a depender da troca*. É o advento de um novo tempo, a anunciação da *civiltà* da mercadoria, o alvorecer da *era do capital*, o qual, encarnado no ventre da antiga formação social feudal, já não podia mais por esta ser contido, grávida que estava de mundialidade (Fiuza, 1999, p.40).

É a consolidação, como bem colocou Fiuza (1999), do mundo do capital, e com ele a vitória do trabalho abstrato. O trabalho ainda é o mesmo trabalho do qual iniciamos a exposição, portanto mediação do homem com a natureza e categoria que permite o ser social a vir a existir e se desenvolver de forma cada vez mais elevada. Porém, também falamos que em determinado momento da história, o trabalho se torna trabalho alienado, ora, no capitalismo, o trabalho alienado é a outra face do trabalho, este não deixa de ser a produção de valores de uso, mas o que de fato vai importar ao capital é que esses valores de uso sejam mercadorias. É essa a outra dimensão do trabalho: a produção de mercadorias, ou, de valores de troca.

Como vimos, os valores de uso são resultados do processo do trabalho, do trabalho útil concreto e satisfazem as necessidades do homem. A humanidade, durante toda a sua história, produziu valores de uso, já que nem todas as suas necessidades, - que podem ser tanto materiais como espirituais- podem ser dadas ao homem a partir de sua relação com a natureza sem

transformá-la (Ferreira, 1992, p. 43).

As mercadorias são, e não poderiam ser diferentes, valores de uso. Contudo, para serem trocadas é necessário que elas sejam, ainda que estejamos falando de valores de uso diferentes, equivalentes. No entanto, para serem equivalentes, as mercadorias precisam ter um elemento em comum; o único elemento em comum nas mais diversas mercadorias, que representam valores de uso diferentes, seja um sapato, uma caneta, ou um celular, é que elas são frutos do trabalho humano. Desse modo, em cada uma das mercadorias produzidas pelos homens está contido valor, que não é senão o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las.

> Na medida em que o trabalho do fiandeiro é, pelo contrário, formador de valor, isto é, fonte de valor, não se distingue em nada do trabalho do perfurador de canhões, ou, que está aqui mais próximo, dos trabalhos do plantado de algodão e do produtor de fusos, realizados nos meios de produção do fio. É apenas por causa dessa identidade que plantar algodão, fazer fusos e fiar podem formar partes apenas quantitativamente diferentes do mesmo valor total, do valor do fio. Aqui já não se trata da qualidade, da natureza e do conteúdo do trabalho, mas apenas de sua quantidade (MARX, 1996, p. 307).

Maria Lúcia Ferreira (1992) argumenta, a partir de Marx, que o valor de troca é, desse modo, a substância não corpórea que permite que seja estabelecida entre as mais diversas mercadorias uma relação de igualdade. Ele, que é medido em quantum de trabalho, ou trabalho socialmente necessário, só se expressa como parte da relação social que atravessa a troca de mercadorias, é só aqui que o valor, substância inerente às mercadorias, pode se expressar e o faz como uma qualidade que não é natural, mas sim social. Segundo a autora, "Valor de uso é, portanto, aquilo que se apresenta no corpo da mercadoria; por outro lado, *valor* é uma qualidade social da mercadoria, que é inteiramente distinta das qualidades naturais, físicas, isto é, corpóreas da mercadoria" (Ferreira, 1992, p. 51).

O trabalho abstrato, nesse sentido, é a dimensão do trabalho que fundamenta o valor de troca, é a produção de mercadorias que abstraídas de todas as suas diferenças deparam-se umas com as outras na troca enquanto equivalentes, enquanto iguais. Lukács (2018) destaca que o trabalho abstrato é resultado do processo de socialização do homem, no qual essa categoria de cunho ontológico emerge do próprio trabalho, é uma abstração que "[...] tem a mesma dureza ontológica da facticidade de, por exemplo, um carro que atropela alguém" (Lukács, 2018, p. 590).

Marx explica que

> Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no

> sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso (Marx, 1996, p. 175).

Estão dadas as dimensões que o trabalho adquire no modo de produção capitalista, ele tanto é trabalho útil concreto quanto trabalho abstrato, é produtor de valores de uso como de valores de troca. O trabalho abstrato, conforme exposto, é a dimensão alienada que o trabalho assume no capitalismo, no qual a produção se volta, prioritariamente, não para atender às necessidades do gênero humano, mas sim às necessidades da reprodução do capital.

Também afirmamos que o desenvolvimento das condições necessárias para que o trabalho abstrato pudesse se desenvolver ocorre por meio dos processos que conformam a acumulação primitiva. Por meio dela os trabalhadores foram, tal como exposto, obrigados a vender livremente sua força de trabalho aos capitalistas, propiciados pela expropriação das terras feudais. Dessa maneira, os capitalistas que já detinham o controle dos meios de produção, mas que por si só não são produtivos, apropriam-se também da força de trabalho, do trabalho vivo. É só por meio deste que os meios de produção podem ganhar vida, podem se realizar enquanto meios de produção que darão origem a um novo objeto de trabalho que será do controle do capitalista (Marx, 1996).

É aqui que reside o fundamento do trabalho alienado no modo de produção capitalista, no qual o processo de trabalho, desde seus meios, seu controle, até seus resultados, pertence àquele que não moveu um dedo, além de comprar os meios de produção, para realizar o processo. Para o capitalista o processo de trabalho só é vantajoso como um processo de valorização, um processo que cria um valor novo, um valor a mais do que aquele que ele investiu, algo somente possível através da exploração da força de trabalho.

O capitalista compra a força de trabalho, que, na medida em que é uma mercadoria como qualquer outra, tem um valor de troca, expresso no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho (Marx, 1996). A fonte de valor repousa na força de trabalho, tanto o valor de uso como o de troca se fundamentam no dispêndio da força de trabalho, só são possíveis por meio do trabalho vivo. O capitalista, porém, como mencionado a pouco, não busca a criação de valores de uso para satisfazer suas próprias necessidades, ele busca acumular, ele busca a mais valia.

A mais-valia, ou o valor novo, se origina da exploração da força de trabalho, do valor que ela é capaz de gerar a mais no processo de trabalho. Ora, o capitalista paga a força de trabalho pelo tempo de trabalho socialmente necessário da produção dos meios de subsistência

necessários para a reprodução da classe trabalhadora, mas nada a impede de trabalhar por mais tempo, gerando, assim, lucro para o capitalista, que se apropria do valor a mais gerado. Contudo, “O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas” (Marx, 1996, p. 311).

A mais-valia que daí se gera, é o objetivo final de todo o capitalista que procura a todo custo aumentar seus lucros, agora, “A lei do capital, a criação da mais-valia, rege o processo de produção, tornando-o processo de valorização” (Ferreira, 1992, p. 121). O processo de valorização, de produção do trabalho abstrato, é a forma do trabalho alienado na sociedade capitalista. Ao trabalhador não cabe nenhuma outra escolha a não ser vender sua força de trabalho e a se submeter a um processo de trabalho que o desrealiza. A humanidade, dessa forma, ainda que se transformem as formas predominantes de se realizar o trabalho ao longo da história, por muitos anos está presa em um ciclo no qual predomina o trabalho alienado, na qual o gênero humano ainda não pode se realizar em sua plenitude.

Desde o primeiro ato do trabalho e a constituição do ser social, o homem vem em uma linha tendencial principal que se fundamenta na economia e que aponta na direção de uma sociabilidade cada vez mais social, é “[...] aquela que surge já no trabalho simples e que leva, posteriormente, ao surgimento e à universalização da circulação de mercadorias” (Andrade, 2021, p. 4).

Andrade (2021) explica como essa linha tendencial, que por vezes desemboca em becos sem saídas, acaba por desaguar no capitalismo, uma sociabilidade plenamente social. O capitalismo apresenta certos estágios que expressam a linha evolutiva e transformadora da organização da produção e da gestão do trabalho, como a manufatura, maquinaria e grande indústria, conforme será abordado no próximo item.

2.2 As formas originárias da produção capitalista na manufatura e grande indústria

Os processos de organização da produção capitalista se constituem, a partir do que foi exposto no item anterior, para acelerar a produtividade e a acumulação de capital, via exploração do trabalho abstrato. A manufatura é a forma clássica, inicial, da cooperação capitalista, que predomina do século XVI ao século XVIII, ainda durante a vigência do feudalismo.

Conforme expõe Marx (1996), a divisão do trabalho na produção manufatureira terá um

duplo modo. O primeiro é a manufatura heterogênea, a reunião de trabalhadores de diversos ofícios, sob o controle do capitalista, cada qual realizando individualmente uma parte do ofício num processo de trabalho para a produção de determinada mercadoria. Um modo mais produtivo de se realizar o trabalho é logo descoberto, no caso a manufatura orgânica, isto é, ao invés de um trabalhador individual realizar seu ofício seria mais vantajoso dividi-lo em várias operações, e trabalhadores realizando o mesmo ofício como parte do que anteriormente um trabalhador faria sozinho.

Segundo nosso autor, "Do produto individual de artífice autônomo, que faz muitas coisas, a mercadoria transforma-se no produto social de uma união de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente uma mesma tarefa parcial" (Marx, 1996, p. 454). O resultado desse processo de trabalho vai ser, assim, um produto social. Resultado de um processo de trabalho agora cada vez mais fragmentado, do qual a potencialidade do trabalhador para outras tarefas que não seja aquela na qual ele foi delegado vai se perdendo. É a consolidação do trabalhador parcial, cuja atividade parcial que realiza se torna seu trabalho de toda uma vida, um trabalho fragmentado e repetitivo que aparece ao trabalhador na mesma dureza de leis naturais, com a diferença de ser uma lei social. A combinação desses trabalhadores parciais conforma o trabalho coletivo.

O trabalhador parcial, ou detalhista e os instrumentos de trabalho constituem, para o autor, os elementos simples da manufatura. É no contexto da manufatura que se desenvolvem os instrumentos que correspondem a emergência das atividades parciais, resultando em instrumentos cada vez mais variados, que impulsionam o desenvolvimento tecnológico, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas, "O período manufatureiro simplifica, melhora e diversifica os instrumentos de trabalho, mediante sua adaptação às funções exclusivas particulares dos trabalhadores parciais" (Marx, 1996, p. 458).

As atividades parciais nas quais os trabalhadores são relegados também possuem diferentes níveis necessários de formação, o que se traduz em salários diversos. Para Marx:

> A manufatura cria, portanto, em todo ofício, de que se possa, uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato. Se ela desenvolve a especialidade inteiramente unilaterizada à custa da capacidade total de trabalho, até a virtuosidade, ela já começa também a fazer da falta de todo desenvolvimento uma especialidade (Marx, 1996, p.465).

Logo, aqueles que eram excluídos do artesanato se tornam diante da manufatura trabalhadores desqualificados. A manufatura não perde tempo em também tirar vantagem dessa

desqualificação, afinal, os custos da especialização necessária para a atividade parcial que os trabalhadores irão realizar é baixo. Melhor ainda para aqueles já qualificados, cujo custo é nulo. Em ambos os casos cai o valor da força de trabalho, o que constitui uma vitória para o capital, já que reduz o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho, como bem nos lembra o autor:

> A desvalorização relativa da força de trabalho, que decorre da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, implica diretamente uma valorização maior do capital, pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais-trabalho (Marx, 1996, p. 466).

Diante desses elementos, cumpre destacar que é a partir da manufatura que se desenvolve uma forma de trabalho produtivo, distinta da experiência das corporações de ofício. Segundo Marx (1996), para realizar o trabalho produtivamente basta ao trabalhador ter uma função no trabalho coletivo, ou seja, para ser trabalhador produtivo deve participar de uma atividade parcial no processo de valorização, na produção de mais valia. Desse modo,

> O conceito de trabalhador produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto de trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada teoricamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar (Marx, 1996, p. 138).

Cumpre ressaltar que “O mais antigo princípio inovador do modo capitalista de produção foi a divisão manufatureira do trabalho, e de uma forma ou de outra a divisão do trabalho permaneceu o princípio fundamental da organização industrial” (Braverman, 1981, p. 70). O autor também destaca que uma importante diferença entre a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na manufatura é que a primeira divide o trabalho na sociedade, já a segunda subdivide o próprio homem (Braverman, 1981).

Marx (1996) afirma que a diferença entre a divisão do trabalho na sociedade para a divisão do trabalho na manufatura é o fato de na primeira os produtores/ capitalistas só entram em contato uns com os outros através do mercado, momento em que as mercadorias são trocadas, fundando a concorrência capitalista. Na divisão do trabalho na manufatura, da separação entre trabalho manual e intelectual, o produto se origina, porém, das diferentes tarefas parciais realizadas pelos trabalhadores no processo produtivo. Desse modo, o produto, longe de resultar de um trabalho individual, é resultado do trabalho parcial dos trabalhadores

subordinados hierarquicamente ao domínio capitalista.

Conforme Fiuza (1999), a manufatura se diferencia da cooperação simples realizada nas corporações de ofício pela quantidade de trabalhadores e pela dimensão estritamente capitalista. A manufatura vai pressupor que uma divisão do trabalho na sociedade tenha alcançado certo ponto, possibilitado, como vimos, pelos vários processos que compuseram a acumulação primitiva (Marx, 1996).

O trabalho alienado capitalista tem seu início, portanto, na manufatura, é a partir dela que o trabalhador não havendo outra escolha se submete ao capital, se torna um trabalhador parcial de um processo de trabalho que ao mesmo tempo em que o desrealiza e fere suas potencialidades, gera novas possibilidades para a acumulação do capital, que se defronta com uma forma mais produtiva de realizar o trabalho e de aumentar a mais-valia. Sobre isto, é importante afirmar que:

> Ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio de mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que pareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada (Marx, 1996, p. 478).

Conforme Barradas (2014, p. 103), a manufatura consolida os meios de produção como pertencentes aos capitalistas, como capital, base do processo produtivo.

Para Marx (1996) é na manufatura que a força de trabalho se torna mercadoria. Segundo o autor, com a manufatura a força de trabalho individual só se torna útil e capaz de cumprir um serviço ao estar sob o domínio do capitalista como mercadoria, como parte do processo produtivo capitalista:

> Se o trabalhador originalmente vendeu sua força de trabalho ao capital, por lhe faltarem os meios materiais para a produção de uma mercadoria, agora sua força individual de trabalho deixa de cumprir seu serviço se não estiver vendida ao capital. Ela apenas funciona numa conexão que existe somente depois de sua venda, na oficina do capitalista. Incapacitado em sua qualidade natural de fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só se desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista (Marx, 1996, p. 475).

O trabalho como atividade imprescindível para a reprodução da vida objetiva se torna cada vez mais expressão da desumanização e desrealização. As vontades e potências intelectuais dos trabalhadores são capturadas pelo capital, em um processo de alienação que,

como evidência Marx (1996), se desenvolve na manufatura e se completa na grande indústria, "[...] que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital" (Marx, 1996, p. 475).

É também na manufatura que se dá o início do desenvolvimento da mais valia relativa. Segundo Marx (1996), a produção da mais valia absoluta, ou seja, a produção de mais valia pelo prolongamento da jornada de trabalho para além do necessário a reprodução dos trabalhadores, é a base geral do sistema capitalista. Contudo, a exploração somente da mais valia absoluta é incongruente ao capitalismo, daí o desenvolvimento da mais valia relativa nos momentos finais de desenvolvimento da manufatura. Sobre a mais valia relativa, Marx afirma que:

> Para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo. A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais (Marx, 1996, p. 138).

Desse modo, a divisão do trabalho na manufatura produz uma nova força social do trabalho propriamente capitalista e que só se desenvolve enquanto tal. É uma forma produtiva que mutila o trabalhador ao mesmo tempo em que serve ao capital, constituindo uma nova forma de capturar mais valia. Escreve Marx:

> Ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio de mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que pareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada (Marx, 1996, p.478).

A divisão do trabalho na manufatura, apesar de relegar o trabalhador a funções parciais, a despeito do resultado do trabalho pertencer ao capitalista e de ser a primeira forma realmente capitalista de se realizar a produção, não poderia se realizar plenamente. Afinal, o trabalho artesanal era a sua base, predominava a subordinação formal que impedia a subordinação completa do trabalhador ao capitalista. O capitalista tinha, portanto, que lidar com problemas de insubordinação e até mesmo os limites fisiológicos dos trabalhadores, que ainda detinham parte do controle subjetivo sobre seu trabalho (Marx, 1996).

O desenvolvimento desenfreado da manufatura e a sua ruptura, determinada pelo limite

técnico subjetivo – o trabalhador preso a sua ferramenta - impede a expansão do capital, evoca a constituição da maquinaria que terá importância fundamental na forma capitalista de produzir com a grande indústria, pois, conforme explicita Fiuza,

> Enquanto ponto de inflexão da revolução manufatureira fora o emprego mais racional da *força-de-trabalho,* o da indústria moderno repousa no *instrumental de trabalho*, na transferência da operação produtiva propriamente dita das mãos do homem para um maquinismo autônomo (máquina-ferramenta), potencializando, assim, o grau de intensificação da força produtiva do trabalho (Fiuza, 1999, p. 91).

A maquinaria, resultado direto do desenvolvimento tecnológico no período manufatureiro, bem como de seu limite técnico, impulsiona o revolucionamento do modo de produção, mas agora tendo na máquina-ferramenta o seu ponto de partida (Marx, 1996). A máquina-ferramenta revoluciona o desenvolvimento das forças produtivas a tal ponto que impulsiona a revolução industrial[6], no século XVIII. Segundo Marx (1996):

> A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força. Aí temos a máquina, mas apenas como elemento simples da produção mecanizada (Marx, 1996, p, 11).

Na manufatura a força de trabalho exerce, ainda que parcialmente, o controle subjetivo do processo de trabalho, já na grande indústria a máquina será o elemento objetivo que irá reger a relação capital, tem-se a instrumentalização da produção, o que irá aumentar, em muito, o desenvolvimento das forças produtivas (Fiuza, 1999). Com as máquinas, a humanidade atinge estágios de desenvolvimento das forças produtivas cada vez maiores, se tem uma intensificação

[6]A revolução Industrial, que tem início na Inglaterra (dado o fato de se iniciar no campo e ser a Inglaterra, a época, o país com maior produtividade agrícola), é resultado dos processos que conformaram a acumulação primitiva do capital, em especial a expropriação dos meios de produção dos trabalhadores e a consolidação da força de trabalho como mercadoria (Coggiola, 2015, p. 316). Segundo o autor, com a revolução industrial no século XVIII, o sistema capitalista se universaliza e consolida seu domínio, ou seja, por meio dela a humanidade chega, de fato, ao capitalismo. “Datado o início da Revolução Industrial em 1780, aproximadamente, isso significa que ela consumiu meio século até modificar por completo as relações econômicas e sociais inglesas. A Revolução Industrial, por isso, não deve ser entendida só como um conjunto de inovações técnicas, novas máquinas e novos procedimentos de produção, mas como uma alteração estrutural da produção social, determinada pela substituição da ferramenta pela máquina, em um processo que concluiu na consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. Foi responsável pela separação definitiva entre o capital e o trabalho, pela consolidação do trabalho assalariado, pelo controle da burguesia capitalista sobre a produção e pela formação de uma nova classe social, o proletariado" (Coggiola, 2015, p. 323).

daquele processo do qual Lukács chama de desantropomorfização[7] da organização do trabalho, afinal "[...] desaparece do processo do trabalho, como metabolismo da sociedade com a natureza, a concreta e determinante função do indivíduo a cada vez que executa o trabalho; ele se torna o instrumento executivo de uma posição teleológica puramente social" (Lukács, 1986 apud Andrade, 2021, p. 16).

Isso significa dizer que, no mundo das máquinas e da tecnologia, o trabalho cada vez mais emerge como uma atividade que é imposta ao indivíduo singular por determinação teleológica da própria sociabilidade, na qual delimita o papel do sujeito no processo de trabalho, a ele cabe apenas a função de execução. Ele perde a capacidade, ainda que parcial, de controle do processo de trabalho, de se fazer ouvir e de se realizar através dele. Esse movimento já começa na manufatura, mas se consolida na grande indústria, na qual o trabalhador se torna vigia, o apêndice da máquina (Andrade, 2020).

Marx (1996) ao discutir sobre a maquinaria expõe como o revolucionamento do modo de produção a partir da grande indústria se espraia sempre para além de um ramo da produção. Portanto, o desenvolvimento tecnológico tende sempre a se generalizar, revolucionando todo modo de produção,

> O revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria condiciona seu revolucionamento nas outras. Isso é valido primeiro para os ramos da indústria que estão isolados pela divisão social do trabalho, de forma que cada um deles produz uma mercadoria autônoma, mas que, mesmo assim, se entrelaçam como fases de um processo global (Marx, 1996, p. 18).

Fiuza (1999, p. 49) salienta, na esteira de Marx, como a partir da grande indústria se revolucionam também os meios de transporte e de comunicação[8], cada vez mais necessários para um comércio cada vez mais global. Esses ramos precisavam se revolucionar para que o capital acelerasse o seu processo de acumulação, cujo ciclo de rotação só se encerra quando a mais valia se realiza e o capitalista pode começar o processo novamente, o tempo gasto na circulação é, desse modo, ao capitalista, tempo perdido, afinal não gera valor, quanto mais rápido ele acontecesse melhor. Dessa maneira, a grande indústria, tem uma base técnica

---

[7] Gianna (2021) explica a partir de Lukács que o caráter desantropomorfizador já aparece na medida em que o homem, através do reflexo, produz uma imagem de mundo ideal, quando ele se depara com o mundo objetivo como independente dele. Afirma Lukács "[...] a tendência à desantropomorfização já ocorre quando o ser humano descobre nos objetos de sua práxis (suas objetivações) a independência de suas qualidades, de suas propriedades, conexões, relações etc. de sua consciência, de seu saber, desejos etc." (Lukács, 2018, p. 379 apud Giana, 2021, p. 65)

[8] Logo, o desenvolvimento tecnológico revoluciona para além do setor industrial, revolucionando aquilo que virá a ser o setor de serviços.

revolucionária, isto é, “Por meio da maquinaria, de processos químicos e de outros métodos, ela revoluciona de forma contínua, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de produção” (Marx, 1996, p. 115).

Marx (1996) também aponta como a legislação fabril é peça fundamental da Grande indústria, bem como representa a primeira reação consciente e planejada da sociedade aos desdobramentos do processo de produção. A generalização da legislação fabril é o espraiamento do capital em toda a esfera da vida social, dominando quaisquer resquícios dos processos de trabalho antes tradicionais, conforme argumenta o autor,

> Se a generalização da legislação fabril tornou-se inevitável como meio de proteção física e espiritual da classe operária, ela, por outro lado, generaliza e acelera, como já foi aventado, a metamorfose de processos de trabalho esparsos realizados em pequena escala em processos de trabalho combinados e em larga escala social, portanto a concentração do capital e o domínio exclusivo do regime de fábrica. Ela destrói todas as formas antiquadas e transitórias, atrás das quais a dominação do capital ainda se esconde em parte, e as substitui por sua dominação direta, indisfarçada. Generaliza, com isso, também, a luta direta contra essa dominação (Marx, 1996, p. 131).

Portanto, com a grande indústria, e a legislação fabril a ela pertinente, a forma de produzir tipicamente capitalista se consolida em uma escala cada vez maior, acompanhada por um desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado. Se as antigas sociedades tinham uma base técnica limitada, a partir da grande indústria produz-se uma base técnica revolucionária, o que resulta em um desenvolvimento cada vez maior das forças produtivas. Isso aumenta a produtividade do trabalho, mediante a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário e a intensificação da exploração do trabalho. Esses elementos resultam, segundo Marx (1996, 131), no amadurecimento das contradições próprias do modo de produzir.

Com a grande indústria consolida-se a subsunção real do trabalhador ao capital. Se na manufatura, por sua base artesanal, os trabalhadores ainda detinham em certa medida o controle sobre o processo de trabalho, com a grande indústria eles se tornam apenas apêndices das máquinas:

> Viu-se que a grande indústria supera tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho, com sua anexação por toda a vida de um ser humano inteiro a uma operação de detalhe, enquanto, ao mesmo tempo, a forma capitalista da grande indústria reproduz ainda mais monstruosamente aquela divisão do trabalho. Na fábrica propriamente dita, por meio da transformação do trabalhador em acessório consciente de uma máquina parcelar e, em todos os outros lugares, em parte mediante o uso esporádico das máquinas e do trabalho das máquinas, em parte por meio da introdução do trabalho feminino, infantil e não

> qualificado como nova base da divisão do trabalho (Marx, 1996, p. 113).

Para Fiuza (1999), na esteira de Hobsbawn, é somente a partir do século XIX que vai ocorrer o *boom* industrial e a consolidação do mercado mundial, que acontece via expansão do mercantilismo e da colonização.

> A árvore da expansão capitalista moderna cresceu numa determinada região da Europa, mas suas raízes tiraram seu alimento de uma área de intercâmbio e acumulação originária muito mais ampla. Que incluía tanto as colônias de além-mar ligadas por vínculos formais, quanto as 'economias dependentes' da Europa Oriental, formalmente autônomas". (E. Hobsbawm. *As origens da revolução industrial, op,* cit., p.114. apud Fiuza, 1999, p.98).

O comércio externo, nos séculos anteriores ao XIX e que constituíram o período de acumulação primitiva do capital, vai ser fundamental para que de fato haja as condições necessárias para que se realize a revolução industrial, e com esta última a consolidação da era do capital, que estabelece também um novo cenário de correlação de forças, afinal, o trabalhador agora se encontra subsumido integralmente ao capital (Fiuza, 1999).

A partir de agora, com a revolução industrial, a consolidação do modo de produzir capitalista está na esfera da produção que se torna o momento predominante e a circulação, que agora já não é senão uma parte inerente do momento principal de todo o processo, isto é, a produção (Fiuza, 1999). Já a forma do capital vitoriosa, ou seja, aquela que agora detém o momento predominante a partir do estabelecimento do capitalismo em toda sua glória é a do capital industrial.

> Quando na produção penetram a fundo as categorias sociais específicas do ser social, tem-se – naturalmente após lutas violentas, após longas e complicadas transições – a hegemonia definitiva do capital industrial. O capital comercial e o monetário se tornam simples momentos do seu processo reprodutivo. (Lukács, 1986, p. 272).

Diante do exposto até então, aparece, junto com o advento das máquinas, na medida em que o trabalhador se torna auxiliar e vigia da máquina, essa cumpre o papel principal na produção, uma ilusão de que a máquina é aquela que cria valor. Ora, essa afirmação, ainda que comum, é falsa. Cada máquina é resultado de trabalho vivo, cada uma delas contém dispêndio de força de trabalho, e sem o trabalho vivo para despertá-las no processo de produção para revivê-las, elas não podem se realizar, elas são trabalho morto e enquanto tal precisam ser ressuscitadas "Essa ressurreição coloca o morto na dependência total do vivo: como um

vampiro, ele revive apenas enquanto consegue sugar sangue vivo" (Grespan, 2021, p. 52).

Uma das contradições fundamentais no modo de produção capitalista é justamente produzir a ideia da exclusão do trabalho vivo do processo de trabalho. Lembremos que é só a partir do trabalho vivo, de sua exploração, que se constitui o processo de valorização, de criação de valor novo (Grespan, 2021). A névoa que encobre a verdadeira apreensão dessa relação é o fetichismo da mercadoria, que "[...] encobre, portanto, as relações sociais de produção e de circulação que são estabelecidas pelos homens, uma vez que estes se relacionam apenas como possuidores de mercadorias" (Ferreira, 1992, p. 95)

É só o trabalho vivo e somente ele que cria valor, "O trabalho é o verdadeiro sujeito criador de valor, mas é dominado pelo capital e submetido à tirania dos meios de produção, que usurpam sua posição e se apresentam como o sujeito que organiza e comanda o processo" (Grespan, 2021, p. 26). Produz-se a alienação, e como através dela o trabalhador não se reconhece no produto que produz, ora, é o que ocorre aqui, ainda que o valor só se origine do trabalho vivo ele aparece como algo criado pelas máquinas, "Assim como o devoto descrito por Feuerbach se esqueceu de que foi a imaginação humana que criou Deus, o trabalhador não tem consciência de que o produto existe graças às suas mãos" (Grespan, 2021, p. 26).

Consolidado o modo de produção capitalista e a subsunção real do trabalhador ao capital, tem a vitória do trabalho abstrato, alienado sobre o trabalho vivo. Na relação social que o capital representa, a relação capital x trabalho, a vitória, com essa consolidação, não é outra senão a do capital sobre o trabalho. O capital tem em sua própria natureza a expansão e a acumulação como sua razão de ser, o que expressa a tendência do capital em mundializar-se (Paniago, 2012; Fiuza, 1999). Isso ganha uma nova dimensão a partir da revolução industrial e da consolidação do estágio concorrencial [9]do capitalismo, posto que, "A era do capital industrial é a era da "tribalização do mundo", do estreitamento de seus circuitos de interação, da transformação definitiva de povos e nações em partes de um mesmo e único organismo vivo, ainda que sob a forma de uma *unidade dinâmica de heterogênos"* (Fiuza, 1999, p. 109).

No próximo item, vamos abordar o capitalismo em seu estágio atual, isto é, no capitalismo contemporâneo, chamado de imperialismo ou capitalismo monopolista. Nessa fase, o capital, em meio a toda sua incontrolabilidade, intensifica seu caráter destrutivo (Mészáros,

[9] O capitalismo concorrencial tem início na segunda metade do século XVIII e representa tanto mudanças políticas como técnicas (Netto, Braz, 2012). Em nível político, a revolução burguesa se consolida com a tomada do Estado pela burguesia; em nível técnico temos a revolução industrial e a organização da produção marcada pela Grande Indústria. É na década de 1780 que esse estágio de fato se consolida. O nome concorrencial, como explicam Netto e Braz (2012), se dava pela dinâmica da livre concorrência que durante esse período ocorria de forma generalizada e sem muitos freios. É também nesse estágio que aparece as lutas de classes com a característica que hoje as marcam, isto é, "[...] lutas fundadas na contradição entre capital e trabalho" (Netto; Braz, 2012, p. 186).

2012) em busca de soluções para as contradições a ele inerentes. Dito isso, serão abordadas as formas contemporâneas de organização do processo de trabalho e como afetam os trabalhadores, expondo o caráter alienado do trabalho que funda essa sociabilidade.

2.3 As formas contemporâneas da produção capitalista: taylorismo-fordismo e toyotismo

Antes de adentrar na exposição das formas capitalistas de realizar a produção na contemporaneidade, cabe-nos contextualizar a sociabilidade capitalista (que como vimos tem caráter dinâmico), na idade dos monopólios, quando emerge o taylorismo e fordismo e, posteriormente, noutro contexto, a acumulação flexível: o toyotismo.

Nos últimos trinta anos do século XIX, enquanto ocorria uma mudança de caráter técnico-científico expressivo na produção material, surgiam os monopólios e uma transformação no papel dos bancos e da sociedade em geral. A origem e desenvolvimento dos monopólios expressam a tendência de concentração e centralização do capital, imanente a sua natureza. A concorrência desenfreada produzida no estágio capitalista anterior, no capitalismo concorrencial, irá desembocar na concentração de empresas em grandes monopólios, oligopólios ou *trusts* que se erguem a partir da derrota de pequenas empresas (Netto e Braz, 2012).

Com a emergência dos monopólios, os bancos passam cada vez mais a estabelecer o sistema de créditos, especialmente a partir do caráter concorrencial do capitalismo, afinal, as empresas precisam, em sua corrida por acumulação, pegar empréstimos dos bancos. O enlace entre os monopólios e os bancos se dá de tal maneira, que eles se fundem e dessa fusão emerge o capital financeiro (Niktin apud Netto e Braz, 2012). O capital financeiro passa a incorporar o capital produtivo industrial, o comercial e o bancário, e com isso reordena as relações capitalistas, mantendo a desigual relação entre países centrais e periféricos e ampliando tendencialmente os processos de concentração.

Tendo como base esses elementos, no final do século XIX inaugurou-se, de fato, o novo estágio do capitalismo, o estágio imperialista. Lênin resume o imperialismo da seguinte forma:

> O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (Lênin, 1977 apud Netto e Braz, 2012, p. 193).

Desse modo, o imperialismo é o capitalismo dos grandes monopólios, no qual o grande protagonista é capital financeiro e no qual a exportação de capitais[10] adquire enorme importância e o mundo é dividido seguindo os interesses dos países centrais. Netto e Braz (2012) destacam que o imperialismo é um estágio de desenvolvimento no qual a indústria bélica, que subsidia a guerra, ganha para o capitalismo uma renovada importância, afinal, é uma esfera lucrativa. Essa indústria consegue reverter crises e possibilita ao capital acumular, sem investimentos produtivos representativos. O que é melhor para resolver crises desencadeadas por superprodução do que a destruição massiva causada pela guerra?

Convém destacar que é também no estágio monopolista que o Estado se reordena, assumindo uma função regulatória no controle da economia e intervindo na reprodução da força de trabalho, através da criação de políticas públicas e sociais para responder ao agravamento das expressões da questão social. Estas políticas se universalizam desigualmente entre países centrais e periféricos no século XX, com a instituição do Estado de Bem-Estar Social, para supostamente garantir parte da proteção social dos trabalhadores. Estas funções adquiridas pelo Estado capitalista, embora pareça representar os interesses, as demandas dos trabalhadores, a sua garantia não é incompatível com o avanço do capital financeiro e desenvolvimento das forças produtivas.

Na segunda fase do imperialismo (do pós-guerra até os anos de 1970), período conhecido como os anos dourados do capitalismo nos países centrais, o sistema taylorista-fordista se generaliza mundialmente e assume importância no desenvolvimento capitalista na medida em que o fordismo, para além de uma mudança técnica, foi também uma forma de regulação social num contexto político determinado (Behring e Boschetti, 2006) pelas possibilidades de garantir o acesso a cidadania.

Antes de abordar o fordismo, cabe explicitar as bases do taylorismo. Segundo Bravermann (1981), mais do que expressão do desenvolvimento tecnológico, o taylorismo representou um dos métodos de organização científica do trabalho. O objetivo de Taylor era elencar princípios e garantir formas mais produtivas de se realizar o trabalho, isto é, como melhor controlar o tempo de trabalho, como transformar um simples dia de trabalho em um "ótimo dia de trabalho", isto é

> [...] A este termo ele deu uma interpretação cruelmente fisiológica: todo o trabalho que um operário pode fazer sem dano à sua saúde, em um ritmo que

[10] A exportação de capitais pode ocorrer de duas maneiras: através do capital empréstimo e do capital produtivo. Seja de uma forma ou de outra, fato é que se estabelecesse uma relação desigual, de dominação e exploração entre os países que exportam capital e aqueles que importam (Netto; Braz, 2012).

> pode ser mantido através da idade de trabalho (Na prática, ele tendia a definir este nível de atividade em um limite extremo, escolhendo um ritmo que apenas alguns podiam manter e mesmo assim sob força) (Braverman, 1981, p. 91).

Taylor se lança, nesse ínterim, em uma espécie de cruzada com os trabalhadores que resistem a seus métodos de trabalho, visando, em sua óptica, combater a lentidão dos trabalhadores, ou seja, a sua tendência a não realizar o seu dia de trabalho em toda sua capacidade podendo essa marca ser natural ou sistemática (Bravermann, 1981). A chave, em Taylor, para combater a lentidão e tornar o processo de trabalho mais produtivo e eficiente era exercer o controle dos tempos e movimentos dos trabalhadores. Esse controle perpassa por uma subdivisão das várias tarefas que compõem o processo produtivo, das mais simples às mais complexas (Pinto, 2007). Taylor, conforme expõe o autor,

> Colocava-se então a necessidade de uma subdivisão das funções e suas correlativas atividades, tanto na esfera da produção, quanto na da administração, o que possibilitaria a cada responsável o seu cumprimento completo, sem que lhe fosse necessário acumular conhecimentos e habilidades além de um nível mínimo (Pinto, 2007, p. 23).

O processo de trabalho se torna cada vez mais subdividido e demanda uma especialização dos trabalhadores para a realização de tarefas mínimas, desconsiderando as especificidades, habilidades e conhecimentos dos trabalhadores. O elemento que se destaca no taylorismo é o controle dos tempos e movimentos, a subdivisão das tarefas e seus respectivos controles, que não caberia mais àqueles que de fato as executam e sim à gerência científica. Segundo Pinto, "O que distingue o sistema taylorista da organização dos seus precedentes é o fato de que toda essa complexa análise e planejamento que envolve ficam, após suas implementações, a cargo da administração da empresa, e somente dela" (Pinto, 2007, p. 26).

Braverman (1981) destaca no taylorismo a separação do trabalho de todos os conhecimentos, especialidades, habilidades que foram sendo construídas ao longo de séculos de tradição do trabalho, pelos trabalhadores. É justamente esse o primeiro princípio do taylorismo. O segundo princípio, que conversa com o primeiro, é referente a separação entre concepção e execução, ora, o primeiro é papel da gerência, da administração, e o segundo dos trabalhadores. Fere-se, dessa forma, uma das características que marca o trabalho humano e o difere dos animais, isto é, a capacidade do homem de planejar aquilo que irá realizar, objetivar, no mundo. O terceiro e último princípio colocado por Braverman (1981) é o controle da gerência sobre cada etapa do processo de produção, é ela que planeja e controla o conhecimento, cabe a gerência "[...] *a utilização deste monopólio do conhecimento para controlar cada fase*

do processo de trabalho e seu modo de execução" (Braverman, 1981, p. 108, grifo do autor).

O taylorismo estabelece um plano geral de como tornar o processo de trabalho mais produtivo e, como isso pressupõe uma subdivisão das tarefas no processo de trabalho. Assim, o controle de todo o processo se concentra não na mão daqueles que o realizam, mas sim nas mãos da gerência. O taylorismo vai ser mais a frente empregado junto ao fordismo como proposta de gestão do trabalho, tornando-se determinante num contexto de crescimento econômico, de ascensão do capitalismo (Pinto, 2007).

Para Behring e Boschetti (2007), o aspecto inovador do fordismo, como já dito, é que se apropria dos princípios tayloristas da subdivisão de tarefas e controle do tempo para aumentar a produtividade, é a combinação da produção em massa para um consumo também em massa, o que implica mudanças substanciais na reprodução da força de trabalho e "uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista" (Harvey, 1993 apud Behring e Boschetti, 2007, p. 87).

O método fordista, segundo Gounet (1999, p. 18-19), se firma a partir de cinco transformações, a primeira é a produção em massa, que só se torna possível no fordismo a partir da apreensão dos métodos taylorista de divisão de tarefas que possibilita uma maior racionalização do trabalho. O segundo ponto é justamente a captura feita por Ford das estratégias taylorista, como a de subdivisão de tarefas, que resulta em uma desqualificação do trabalhador. A terceira transformação destacada por Gounet (1999), é a utilização da esteira rolante que perpassa toda a produção carregando o objeto de trabalho. O diferencial da esteira em Ford, já que ela já existia e era utilizada em outras indústrias, é a escala na qual ela vai ser utilizada (Parkisson apud Pinto, 2007). O quarto ponto é a integração vertical, ou seja, o processo de produção ocorre de cima para baixo no interior da empresa. O último elemento é a automação da fábrica (Gounet, 1999).

O sistema de produção fordista era rígido, mesmo que certo grau de flexibilidade aparecesse no fato dos trabalhadores poderem ser facilmente substituídos por realizar um trabalho extremamente simplificado. Os trabalhadores, é claro, não aceitaram de bom grado as mudanças na forma de realizar o trabalho que o taylorismo/fordismo implicava, afinal, se intensifica a exploração do trabalho, agora extremamente controlada pela gerência, além de ser uma atividade que desrealiza ainda mais o trabalhador, relegado a uma tarefa simples dentro do processo de produção. É a coroação do que Marx afirmava sobre o trabalhador enquanto apêndice da máquina (Pinto, 2007, p. 33).

Para que os trabalhadores aceitassem suas penosas condições de trabalho Ford libera um

salário de 5 dólares por dia, alto para a época, mas com várias restrições para os trabalhadores que receberem esse valor e não foram amplamente divulgadas (Gounet, 1999). O resultado é que quando o método fordista se generaliza já não vai haver opções para as quais os trabalhadores pudessem se voltar, cabendo a eles aceitar as condições de trabalho impostas. Isso se revela na exposição de Braverman, quando afirma que:

> [...] a classe trabalhadora está progressivamente submetida ao modo de produção capitalista, e às formas sucessivas que ele assume, apenas à medida que o modo de produzir capitalista conquista e destrói todas as demais formas de organização do trabalho, e com elas, todas as alternativas para a população trabalhadora (Braverman, 1981, p. 132).

Diante do exposto, cumpre destacar que o fordismo é uma forma de organizar o trabalho que emerge no estágio do capitalismo monopolista ou imperialista, período conhecido como anos dourados do capitalismo. Neste contexto de crescimento econômico, impulsionado pelo pós-guerra, o fordismo juntamente com o keynesianismo:

> [...] constituem os pilares do processo de acumulação acelerada de capital pós-1945, com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de internacionalização do capital, sob o comando da economia norte-americana, que sai da guerra sem grandes perdas físicas e com imensa capacidade de investimento e compra de matérias-primas, bem como de dominação militar (Behring; Boschetti, 2007, p. 88).

Netto e Braz (2012) destacam, contudo, que no final de 1970 as estratégias lançadas pelo capital para lidar com suas contradições através do taylorismo/fordismo começam a se esgotar, ou seja, "A *onda longa expansiva* é substituída por uma *onda longa recessiva*: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas" (Netto; Braz, 2012, p. 226).

O capital, nesse contexto de crise, se lança na direção de encontrar respostas, ainda que essas não modifiquem o fato de o capitalismo estar inserido em uma onda longa recessiva, conseguem em certa medida interferir nas taxas de lucro. Essas respostas se configuram em um tripé articulado: a financeirização do capital, a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal (Netto; Braz, 2012, p. 226).

Em tal cenário o taylorismo/fordismo começa a se esgotar, não que fique obsoleto ou que não exista mais nos dias de hoje, mas abre espaço para que formas mais flexíveis de organização produtiva emerjam. A acumulação flexível vem à tona justamente porque responde

às necessidades macroeconômicas postas pelo capitalismo a partir de 1980. Era preciso produtos diversificados e de alta qualidade, que estivessem prontos na hora e rapidamente terem preços baixos. Já não cabia mais a acumulação rígida, a produção rígida, em massa fordista (Pinto 1999).

> Em síntese, a instabilidade macroeconômica mundial surgida nos anos de 1970 e seus desequilíbrios, como a hipertrofia do capital financeiro, abalaram o crescimento dos mercados nacionais protegidos e em expansão desde o pós-1945, promovendo a utilização de inovações tecnológicos e organizacionais que, por sua vez, resultaram em novas formas de produção e de circulação de mercadorias e serviços, alimentando mudanças nos mercados de consumo. O pilar do crescimento contínuo do consumo e da produção de massa de artigos estandardizados foi então substituído por um consumo aparentemente personalizado, com mercados cujo lendo e instável crescimento passou a ser atendido por um sistema produtivo "flexível", "enxuto" e crescentemente transnacionalizado (Pinto, 2007, p. 44).

A partir daí ocorre o advento da acumulação flexível, no contexto da reestruturação produtiva contemporânea. Ocorre economicamente uma reestruturação dos processos de acumulação e do modo de produzir mercadorias. Até 1973, há o predomínio do fordismo com a produção em massa, no entanto o agravamento da crise do capital irá produzir alterações significativas na dinâmica do desenvolvimento capitalista. O sistema taylorista-fordista embora ainda em vigência, não nega as novas mudanças no mundo do trabalho.

> Mas considere igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente (Harvey, 1992 apud Antunes, 1995, p. 22).

Harvey (1992) então cunha o termo de acumulação flexível, no qual ele aponta três elementos que configuram o modo de produção capitalista e não se modificam apesar das transformações do mundo do trabalho. O primeiro é que o capitalismo se volta sempre ao crescimento, o segundo é que esse crescimento tem como base a exploração de trabalho vivo, portanto se volta ao processo de produção, e o terceiro é que o capitalismo tem inerente a ele uma dinâmica tecnológica e organizacional. Em relação à segunda característica Harvey vê claramente que o desenvolvimento tecnológico absorvido pelo mundo do trabalho, gera excedente de força de trabalho que torna possível o retorno cada vez maior da extração de mais valia absoluta também nos países de capitalismo avançado. É o retorno à superexploração expresso no trabalho em casa, no teletransporte, e no setor informal (Harvey 1992 apud

Antunes, 1995).

O que Harvey (1992) conclui a partir de sua análise é que modelos diferentes (fordismo e acumulação flexível) podem coexistir, a predominância de um não exclui a existência de outro. Um exemplo trazido pelo autor é como com as novas tecnologias se aumenta força de trabalho supérflua, o que implica, até mesmo em países centrais, o retorno da extração da mais valia absoluta.

> O retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do 'teletransporte', bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo" (Harvey, 1992, apud Antunes, 1995, p. 22).

Após essa breve contextualização do capitalismo contemporâneo e da acumulação flexível, cabe nos debruçar sobre aquela que é a forma predominante de organizar o trabalho nos dias atuais, isto é, o toyotismo. O toyotismo, assim como o fordismo se refere aos métodos de organizar o trabalho na fábrica japonesa Toyota. Em 1950, a Toyota enfrenta uma crise que resulta em uma expressiva greve de seus funcionários e que culmina na demissão de cerca de 1600 trabalhadores. Com a guerra na Coreia, a Toyota começa a se recuperar e responderá a demanda americana para peças diversificadas, o que pressupunha "[...] a necessidade de se aumentar vigorosamente a capacidade produtiva, sem recorrer à demissão de novos trabalhadores" (Coriat, 1994 apud Pinto, 2007, p. 56).

Gounet (1999, p. 26), lista seis pontos que conformam o toyotismo. O primeiro deles é a produção ser puxada pela demanda, isto é, se produz de maneira diversificada e com base na demanda. É a partir daquilo que foi vendido que se produz, instaurando-se uma lógica típica dos supermercados, a de reposição de estoques. Pinto (2007, p. 59), clarifica que cada trabalhador de um determinado posto só produz com base nos resultados do posto anterior ao seu, dessa forma produzindo somente o necessário. O segundo ponto trazido por Gounet é referente ao controle de tempo, é preciso ao máximo minimizar o tempo de tarefas que não agregam valor, como transporte e estocagem, é preciso da máxima fluidez possível.

O terceiro ponto trazido pelo autor se refere a flexibilidade que adentra não só a produção, como também a própria organização do trabalho, inclusive o próprio trabalhador se torna mais flexível, passando a operar mais de uma máquina. Sobre a flexibilização do trabalho Gounet aponta:

> O trabalho não é mais individualizado e racionalização conforme o

> taylorismo; é um trabalho de equipe; a relação homem-máquina torna-se a de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado; em segundo lugar, o trabalhador deve tornar-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano, mas também para poder ajudar o colega quando preciso (Gounet, 1999, p. 21).

Nesse ínterim, o trabalho individual agora se torna um trabalho em equipe, assim como o trabalhador se torna um trabalhador polivalente. O quarto ponto, por sua vez, diz respeito ao método *kanban*, que é uma espécie de sistema de informação que perpassa as várias etapas da produção com informações referentes ao produzido em cada etapa, sinalizando a quantidade de peças retiradas e produzidas, apontando, assim, a quantidade necessária para repor o estoque.

O quinto e penúltimo ponto trazido por Gounet, é um ponto fundamental para o funcionamento do toyotismo, isto é, "[...] o princípio de que é preciso preparar ao máximo, antecipadamente, as operações de mudanças, para reduzir ao mínimo a intervenção no momento em que a máquina está parada" (Gounet, 1999, p. 28). Ora, esse princípio empregado pelo professor Shigeo Shingo, é essencial para minimizar o tempo em um sistema cujo objetivo é produzir veículos diferentes, adaptáveis, que pressupõem para fabricá-los também mudar as formas como as máquinas operam.

O último elemento trazido por Gounet (1999) é o de que, ao invés do emprego da verticalização que caracteriza o sistema fordista, o toyotismo lança mão da horizontalização na produção de mercadorias nas empresas, na indústria, através da lógica do *just-in-time*, isto é só produzir o necessário, na quantidade necessária, e no momento certo (Pinto, 2007). Gounet destaca que:

> Se fosse para resumir o sistema toyotista em uma frase, diríamos que é um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada (Gounet, 1999, p. 21).

O toyotismo também se apoia em cinco zeros: zero atrasos, zero estoques, zero defeitos, zero panes e zero papéis (Gounet, 1999). O toyotismo também terá um grande impacto nos trabalhadores; se o fordismo significa uma exploração intensa da força de trabalho, essa exploração não diminui de nível no toyotismo, é um trabalho que se realiza na base de um ritmo acelerado, expresso, por exemplo, no sistema de cores/ kanbam na qual precisam estar oscilando entre o verde e laranja. O verde representaria que os serviços estariam correndo bem no processo produtivo, já o laranja revela que há um problema a ser resolvido. A cor laranja significa que é possível resolver eventuais problemas, defeitos dos produtos quando aparecem

no processo produtivo, não há setores específicos.

Para Pinto (2007), no toyotismo os trabalhadores estariam também mais isolados uns dos outros, presos em suas células produtivas, "[...] contrariamente ao que parece, as células de produção isolam os trabalhadores, restringindo, pela sobrecarga de trabalho, qualquer tipo de contato mais pessoal durante as atividades [...]" (Pinto, 2007, p. 67). São as células, grupos que estabelecem as metas, hierarquias e a vigilância dos trabalhadores uns aos outros, antes, como vimos no taylorismo, isso cabia à gerência. Estabelece-se, portanto, uma relação de trabalho na qual agora cabe aos próprios trabalhadores realizarem a supervisão de suas atividades, atividades de controle que no fordismo eram típicas da gerência.

> O Toyotismo prega o oposto: a melhoria da produtividade e da qualidade do trabalho tem de partir dos postos operatórios, cabendo às gerências incentivarem tais atitudes e coordenarem os esforços entre todos os processos, focando-se na análise do desemprenho global das instalações e na possibilidade de utilização flexível das forças produtivas e de trabalho dispostas (Pinto, 2007, p. 68).

A questão da iniciativa dos trabalhadores, que era um problema no fordismo, aqui aparentemente se resolve, na medida em que os trabalhadores, pelo menos parecem participar efetivamente na esfera do planejamento do processo produtivo. Um dos elementos que expressam essa participação são os CCQs, ou, círculos de controle de qualidade, grupos de trabalhadores que participam das discussões da qualidade do trabalho, "Sua maior vantagem é envolver ideologicamente os trabalhadores, fazendo com que interiorizem os objetivos da empresa como se fosse seus" (Pinto, 2007, p. 69).

O toyotismo, desse modo, traz novos desafios à classe trabalhadora, agora mais polivalente, heterogênea e complexa (Antunes, 1995). E um desses problemas é justamente a lógica da participação, na qual os trabalhadores, ainda que momentaneamente, aparecem no processo produtivo, pelo menos em aparência, como se de fato tivessem uma importante participação decisória na empresa, como se seus interesses e os dela fossem os mesmos. Dessa forma, como bem evidencia Gounet:

> O Toyotismo é uma resposta à crise do fordismo nos anos 70. Em lugar do trabalho desqualificado, o operário é levado à polivalência. Em vez da linha individualizada, ele integra uma equipe. No lugar da produção em massa, para desconhecidos, trabalha um elemento para "satisfazer" a equipe que vem depois da sua na cadeia. Em suma o Toyotismo elimina, aparentemente o trabalho repetitivo, ultra-simplificado, desmotivante, embrutecedor. Afinal chegou a hora do enriquecimento profissional, do cliente satisfeito, do controle de qualidade (Gounet, 1999, p. 33).

Se Gounet tem uma visão mais crítica do toyotismo, para Antunes (1995), o mesmo não se pode dizer de Coriat, pois este acredita que o modelo japonês é uma forma mais democrática de se realizar o trabalho e, como tal, relaciona-se com uma realidade mais democrática. Antunes aponta, entretanto, o contrário quando afirma que "[...] o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente social-democrática" (Antunes, 1995, p. 31).

Para Antunes (1995), Coriat quer encontrar soluções para a crise do capital dentro do próprio capital, através da reordenação da forma organizacional do sistema, ele não pensa em romper com ele, pelo contrário, defende a flexibilidade produtiva, com isso postula que os trabalhadores estejam abertos a novas formas de subordinação. Elementos importantes como o fundamento do desemprego estrutural [11]como nos lembra Antunes, é ignorado por esta análise. Assim, na medida em que defende esse novo modelo de organização do trabalho, afasta-se da alternativa de ruptura à crise, que não é senão a superação do sistema.

Conforme Gounet (1999), tanto o fordismo como o Toyotismo emergem como parte da estratégia do capital, em contextos determinados, de alavancar a queda da taxa de lucro, são respostas às crises do capital, desejam acelerar o ciclo de acumulação. Contudo, tão logo os novos métodos de organização do trabalho se generalizam, o capital volta a se deparar com o problema que o encorajou a procurar novas estratégias: a queda da taxa de lucro. Segundo ele, "A crise do fordismo é fruto dessa degeneração, dessa crise de acumulação, dessa contradição entre as acumulações individuais e a acumulação da sociedade em seu conjunto" (Gounet, 1999, p. 50).

O toyotismo, nesse ínterim, é tão somente uma nova estratégia do capital de lidar com suas contradições que se traduzem na forma de crises, que expressam, por sua vez, a incapacidade desse sistema de continuar a se reproduzir na direção de uma sociabilidade plena. Para Netto e Braz (2012), a contradição fundamental na qual o modo de produção capitalista repousa não é senão a relação entre capital x trabalho.

> Eis a contradição fundamental do MPC: a produção torna-se *socializada;* mais: essa socialização é *progressivamente aprofundada*, envolvendo o conjunto das atividades econômicas em escala mundial; a apropriação, porém,

[11] Para Antunes (1995), o desemprego estrutural é o fenômeno do desemprego que ocorre em uma dimensão cada vez mais intensa e atinge todo o globo, como resultado das transformações no processo produtivo no mundo do trabalho contemporâneo, em especial o advento do Toyotismo. Segundo Barros (2014), o desemprego é um fenômeno inerente a sociabilidade capitalista e a ela insuperável, mas ganha o caráter estrutural a partir das transformações sociais que emergem nas últimas décadas do século XX.

> permanece *privada*: o conjunto dos produtos diretos (os trabalhadores) cria um enorme *excedente* que é apropriado pelos donos dos meios de produção (os capitalistas) (Netto; Braz, 2012, p. 178 grifos do autor)

Ora, o toyotismo não resolve tal contradição e nem poderia, o que ele apresenta, como bem reconhece Antunes (1995), é um maior grau manipulatório, afinal, a própria lógica do trabalhador é capturada pela empresa, o trabalhador aparece como parceiro da empresa, como seu sócio. Contudo, as bases daquilo que compõem o trabalho alienado, isto é, o resultado do trabalho não pertencer àquele que o realiza, permanecem no toyotismo; o trabalho, assim, ainda é trabalho alienado, ainda é um trabalho que não realiza o homem, que o desrealiza e o domina.

Apreendidos os fundamentos do trabalho e como, a partir dele, tem-se início o desenvolvimento social que desemboca em uma sociedade de classes, permeada por contradições e entraves que impedem a realização humana plena, que fere a genericidade humana, faz-se, assim, pertinente, na próxima seção, explicitar, refletir a relação entre trabalho, tecnologia e as novas modalidades de trabalho, decorrentes do recrudescimento da reestruturação produtiva. Num contexto de ofensiva do capital e contrarrevolucionário, entende-se o papel que a tecnologia desempenha na acumulação capitalista, e vamos problematizar se a categoria trabalho estaria perdendo sua fundamentalidade mediante o avanço desenfreado das novas tecnologias.

3 TECNOLOGIA, CONTROLE E MODALIDADES DE TRABALHO CONTEMPORÂNEAS

Nesta seção, após explicitarmos os fundamentos da categoria trabalho, as formas iniciais da produção capitalista, os determinantes do capitalismo monopolista e os processos contemporâneos de organização do trabalho que o atravessam, cabe-nos abordar a função da tecnologia, o controle, a emergência das novas modalidades de trabalho, com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação – TICs e das plataformas digitais e problematizar acerca do fim da categoria trabalho.

No primeiro item desta seção refletimos acerca da relação entre tecnologia e desenvolvimento do modo de produção capitalista, como a primeira é apropriada funcionalmente à reprodução da acumulação e de que modo são produzidas formas de controle do capital sobre a força de trabalho; no segundo item nos debruçamos sobre as novas modalidades de trabalho contemporâneas que se desenvolveram com as tecnologias de comunicação e informação/ TICs. Com destaque aos fenômenos da plataformização, uberização e *crowdsourcing*, explicitando a peculiaridade das formas, condições e relações de trabalho, com base em pesquisa bibliográfica.

No último item abordamos os desafios dessas transformações contemporâneas postas pelas TICs e plataformas digitais para a classe trabalhadora, e de que modo afirma ou nega a dimensão fundante da categoria trabalho. Por fim, considerações acerca das possibilidades futuras de realização da humanidade para além dos marcos do capital.

3.1 Tecnologia e controle da força de trabalho na atualidade

O processo produtivo capitalista se transforma constantemente sob os ditames das requisições da acumulação do capital. Essas transformações se expressaram em duas frentes: "[...] em primeiro lugar, como uma transformação contínua nos processos de trabalho de cada ramo da indústria e, em segundo, como uma redistribuição do trabalho entre ocupações e atividades" (Braverman, 1981, p. 19). Nesse sentido, é uma determinação da própria natureza do capital revolucionar quando necessário o modo pelo qual o trabalho é organizado, resultando, como vimos na seção anterior, em formas de organização que respondem a contextos determinados, expressando o desenvolvimento das forças produtivas.

Ora, o homem não pode realizar o trabalho sem instrumentos. O trabalho é um ato humano que pressupõe uma mediação entre o indivíduo e a natureza, papel cumprido pelos

meios de trabalho (Netto; Braz, 2011). Desse modo, das origens da pedra lascada até os primeiros machados e milénios depois com as máquinas a vapor, a humanidade passa pelo desenvolvimento de suas forças produtivas.

Entretanto, segundo Marx (1987), em certos momentos da história, o desenvolvimento das forças produtivas é tão grande que acaba entrando em contradição com as relações de produção nas quais elas se desenvolveram, abrindo o caminho para a ruptura daquela sociabilidade e a emergência de uma nova. Da decadência do escravismo emerge o feudalismo, e no seio deste último, como vimos anteriormente, a acumulação primitiva do capital, estão dadas as condições para que uma nova sociabilidade se origine. Logo, para Braverman "[...] as mesmas forças produtivas características *do fecho de uma época* de relações sociais são também características da *abertura da época seguinte* [...]" (Braverman, 1981, p. 27). A vista disso, segundo o autor, a tecnologia[12] no capitalismo não produz de maneira mecânica relações sociais, mas é, na verdade, resultado delas, resultado da relação social capital x trabalho.

Um desenvolvimento cada vez maior das forças produtivas significaria, de maneira ideal, uma maior quantidade de tempo livre para que os homens pudessem desenvolver suas individualidades, dedicando-se a atividades que não seriam necessariamente o trabalho: como a música, pintura e a escrita. Mas esse cenário ideal não se concretiza, e nem poderia, nos limites do capitalismo. O capitalismo pressupõe o controle do capital sobre o trabalho, o que significa a subordinação do trabalho e do desenvolvimento tecnológico-científico à acumulação capitalista.

Lukács (2018), certa vez ao discutir sobre a alienação, trouxe um exemplo de Marx, na qual este discute como Aristóteles e Antitatras estariam mais próximos da *verdade social última* ao passo em que, dentro dos limites do escravismo, utopicamente concebem um papel primordial da máquina para o fim da escravidão, do que a economia política clássica:

> [...] que, em sua cega parcialidade, deixam de apreciar o papel da máquina na intensificação da exploração no próprio presente. Aos seus olhos, portanto, um tal utopismo ingênuo está mais próximo da verdade social última do que a apologética de um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico (Lukács, 2018, p. 208).

[12] Segundo Luiz Felipe Barros Silva (2023, p. 17), Marx e Engels demonstraram cedo em suas obras interesse na discussão a respeito do desenvolvimento tecnológico. Para Silva, os autores "[...] se interessaram cedo pela potência inventiva da humanidade, pela evolução dos meios de trabalho e seu papel na sociedade, pelo desenvolvimento da ciência como uma esfera subjetiva do conhecimento acumulado pela práxis humana. Em suma, pelos diversos aspectos em que se desdobrava a questão tecnológica, ainda muito pouco referida nestes termos na primeira metade do século XIX".

Ou seja, a economia política clássica, apologética do capitalismo, não consegue expor o papel que as máquinas cumprem nessa sociabilidade, que, a partir da grande indústria, ao contrário de gerar mais tempo livre aos homens, se torna a coroação do seu fardo, do domínio do capital sobre o trabalho, de sua subsunção real ao capital. Nesse sentido, a ciência e o desenvolvimento tecnológico que a ela se interliga na sociabilidade capitalista estão subsumidos ao capital. A tecnologia e a ciência são funcionais ao capitalismo por serem subordinadas ao capital, ora, tal como expõe Barros (2019, p. 50) esta relação é constitutiva da dinâmica da lei geral da acumulação capitalista, é parte do desenvolvimento das forças produtivas do capital como mecanismo para reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário e ampliar a exploração do trabalho excedente.

Para Mészáros (apud Gianna, 2021), a ciência não é em si responsável pelas consequências do desenvolvimento das forças produtivas, mas também não é ela aquela que detém o poder, tanto maior seja seu desenvolvimento para a emancipação humana, afinal:

> [...] nesta forma de organizar o metabolismo social, desenvolve as forças produtivas do trabalho social de forma centralizada, revolucionando os modos de organização do trabalho e os meios indispensáveis para isso. Conceber a ciência como parte da divisão social e hierárquica do trabalho instaurada pelo capital é o que nos permite superar tanto a visão "imanente" da ciência, com um desenvolvimento totalmente autônomo, como a visão "heroica", que a coloca como a nova força motriz da transformação social, ignorando seus nexos materiais e institucionais. (Gianna, 2021, p. 129).

Na imbricada relação entre ciência, tecnologia e a produção capitalista está a questão do controle. Para Souza, o controle do capital sobre o trabalho é inerente ao modo de produção capitalista e tem como objetivo: assegurar a produção, intensificar a acumulação, e controlar as crises (Souza, 2017, p. 25). A autora também acrescenta que as formas de controle são de natureza objetiva e subjetiva, manifestando-se nos processos de organização da produção capitalista e nas relações sociais que dela decorre (Souza, 2017).

A partir de Gorz, Souza (2017) desdobra sua argumentação demonstrando como o modo de produção capitalista pressupõe o despotismo da fábrica, ou seja, a subordinação do trabalhador à máquina e ao controle do capital sobre o trabalho. Aqui, acresce-se a questão da alienação, afinal o que é criado pelo próprio homem, seja a fábrica ou o produto de seus trabalhos, aparece a ele como algo estranho que o domina, conforme discutido no início do nosso trabalho. Segundo a autora,

> [...] entendemos que a história do capitalismo industrial só pode ser entendida

> como a história do capital pela via despótica de controle da força de trabalho. A razão da coerção, segundo ele, deve ser buscada na divisão do trabalho, na medida em que os objetos do capital devem permanecer estranhos aos do trabalho. Conforme os pressupostos marxianos, o controle se desenvolve para tornar os meios - instrumentos, máquinas - e o processo de produção como elementos estranhos ao trabalho, o que exige uma maior subordinação (Souza, 2017, p. 33).

Ou seja, a produção capitalista pressupõe, desde as suas origens, o controle despótico, coercitivo do trabalhador através do domínio dos instrumentos, do processo e do produto do trabalho, os instrumentos são estranhos ao trabalhador, pois servem funcionalmente ao capital. Conforme a autora, o controle articula, a depender dos processos históricos, uma relação dinâmica entre coerção e consenso. Esse último é também uma forma de capturar a subjetividade do trabalhador, adequando-o por meio de manipulação ideológica às transformações que a organização da produção pressupõe. Já os ganhos que eventualmente os trabalhadores possam vir a adquirir também podem ser retirados se assim o capital precisar (Souza, 2017).

Dessa maneira, para Souza (2006, p.105), partindo de Burawoy, o controle do capital é essencial na medida em que ao mesmo tempo mantém a extração da mais-valia e obscurece essa extração, sendo necessário, para tanto, um domínio também subjetivo dos trabalhadores. É desse modo, na relação entre coerção e consenso, que o controle se assenta, levando em conta também a configuração histórica. Na contemporaneidade, vemos cada vez mais as dimensões do controle se dando também por meio do apelo à subjetividade, ampliando, como aponta a referida autora, as formas de consentimento para legitimar o controle, ao tempo em que responde as exigências da acumulação do capital ao demandar continuamente a exploração do trabalho. Isso significa que

> [...] as transformações contemporâneas expressas nas formas atuais de controle do capital sobre o trabalho indicam que permanecem intactos os elementos fundantes da sociedade capitalista, a saber, a produção das mercadorias e do trabalho excedente. No entanto, o que se tem de inovador é a intensidade da exploração do trabalho pelo controle da dimensão subjetiva, pois no processo produtivo comparece o trabalhador não apenas com sua força física, mas com a submissão de seu "espirito", de sua subjetividade [...] (Souza, 2006, p. 34).

A subjetividade do trabalhador é capturada nos processos de produção e acumulação flexível, gerando a ilusão de que agora se eleva da condição de trabalhador, de empregado, e se torna parte de uma família, sendo um associado, colaborador. Emerge a ilusão de que os trabalhadores aceitam as condições de trabalho que são a eles impostas por livre e espontânea

vontade, como se não fosse uma imposição do capital e, na sociabilidade capitalista, pressuposto para sua reprodução social. Logo, "Aderir às regras não é uma opção do trabalhador, é uma condição para ele se manter no trabalho" (Souza, 2006, p. 106), e, portanto, existir.

Nesse sentido, na esteira de Burawoy, Souza (2006) aponta para a emergência de um novo despotismo, no qual se intensifica a investida do capital nas subjetividades dos trabalhadores, correspondendo a uma força de trabalho cada vez mais frágil e fragmentada diante das condições impostos pela reestruturação produtiva. A classe trabalhadora é, portanto, moldada ideológica, política e culturalmente (Souza, p. 112). A autora também argumenta como o controle do trabalho, nessas circunstâncias, torna-se cada vez mais sutil comparado, por exemplo, ao período fordista, ao passo em que se dá por meio do apelo ao subjetivo, ao afetivo e psicológico, e por meio de estratégias como o controle de qualidade, e, acrescento, a ideologia do empreendedorismo. Desse modo, estratégias tradicionais de controle do trabalho, como o trabalho precário, são combinadas às novas formas de controle, que vão desde o incentivo a adesão às novas tecnologias até a gerência moderna com os programas de qualidade de vida no trabalho.

Uma questão que emerge ao tratarmos do controle sob a dimensão subjetiva do trabalhador seria o questionamento se Marx tratou ou não dessa dimensão em sua extensa obra. Ora, conforme Souza (2006), a sociedade é uma totalidade social e nela objetividade e subjetividade, ainda que dimensões distintas, articulam-se. É só pensarmos na dimensão ideológica, que tem chão no mundo objetivo. Para a autora, ao tratar da alienação, Marx trata da dimensão subjetiva em seu nível mais complexo, na medida em que o ser humano só se reconhece em sua relação com o trabalho alienado, como trabalhador, e não em sua condição plenamente humana (Souza, 2006, p. 114). Conforme a autora,

> Nessa condição, tanto a reprodução física quanto intelectual do trabalho é apropriada pelo capital. Trata, portanto, a subjetividade quando expressa a alienação como a degradação do homem em sentido genérico. A alienação é a expressão mais perversa do domínio subjetivo do trabalho pelo capital (Souza, 2006, p.114).

Diante desses elementos, o trabalhador, explorado e controlado pelo capital, se vê subsumido ao capital. Contudo, "Essa condição objetiva é real, contraditória, e compõe o mundo do trabalho na ordem capitalista. Isso não implica desconsiderar a reação política do trabalho no processo de subsunção" (Souza, 2006, p. 117). O controle do capital sobre o trabalho, ocorrendo tanto objetiva como subjetivamente, aparece, nesse sentido, como condição

elementar do capitalismo na fase atual, marcada pela crise estrutural [13]do capital e as respostas que o capital dá a ela, tendo em vista atenuar seus efeitos, em especial a partir da reestruturação produtiva. Assim,

> O controle torna-se, no estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas, elemento necessário à reprodução do capital. O consentimento do trabalho à reestruturação capitalista impõe-se como expressão das formas de controle do capital. Nesse sentido, derivam dos processos de trabalho na esfera da produção novos mecanismos de controle da força de trabalho que transitam da coerção à persuasão e se estendem à sociedade, produzindo uma nova ideologia que mantém intacta a ordem capitalista (Souza, 2006, p. 119).

É nesse contexto que, mais a diante, será abordada a ideologia do empreendedorismo, assentada nas estratégias de controle que veem tanto objetiva como subjetivamente, um caminho para a intensificação da exploração do trabalho e para tornar as formas de controle mais sutis, tendo como pano de fundo "[...] uma nova cultura do trabalho orientada pelos princípios da rapidez, da flexibilidade, do descartável e do temporário. É preciso convencer os trabalhadores que podem ser heróis e os grandes "empreendedores de sua vida" num momento de intensa competividade" (Souza, 2006, p.162).

Refletir sobre o controle do trabalho e a sua relação com a tecnologia pressupõe desvendar a questão da gerência. Segundo Braverman (1981), a gerência já aparece nas primeiras formas capitalistas de realizar a produção, na manufatura. Contudo, no início do capitalismo predominava um sistema de subcontratações. Eles representavam, para o autor:

> [...] um continuado esforço por parte do capitalista para desconsiderar a diferença entre a força de trabalho e o trabalho que pode ser obtido dela, e para comprar trabalho do mesmo modo como ele adquiria suas matérias-primas: como uma determinada quantidade de trabalho, completa e incorporada no produto (Braverman, 1981, p. 62).

Aparecia nessa forma de regime a figura do subcontratado responsável por realizar a ponte entre as famílias (em caso de produção familiar) e o capitalista. Da mesma forma, era

[13] Segundo Paniago (2010), a crise estrutural, que avança na década de 1970, expressa o esgotamento dos efeitos atenuadores das medidas empregadas pelo capital para lidar com suas contradições imanentes no período anterior, marcadas pela produção e consumo em massa e políticas sociais de caráter universal. Tais respostas, de efeito atenuante, não tocam na causa das contradições sociais, e, portanto, não as resolvem, apenas postergam seus efeitos até certo ponto. "Obtém, assim, um período de recuperação e crescimento que se esgota juntamente com o efeito atenuador das medidas remediadoras implementadas. O esgotamento dos mercados e dos territórios a serem ocupados no último período expansionista, foi agravado pela ação do limite humano do consumo real, ampliado até tornar-se contraproducente" (Paniago, 2011, p. 4).

comum nas fábricas que trabalhadores mais qualificados contratassem ajudantes. Ainda que nos dias de hoje sistemas parecidos ainda existam, eles não são predominantes. Mas por que esses sistemas não puderam se tornar predominantes no capitalismo? Braverman responde a essa pergunta quando afirma que:

> Enquanto o empenho de comprar trabalho acabado, em vez de assumir o controle direto sobre a força de trabalho, aliviava o capitalista das incertezas desse sistema pela fixação de determinado custo unitário, ao mesmo tempo punha fora do alcance do capitalista muito potencial de trabalho humano que pode tornar-se disponível por horas estabelecidas, controle sistemático e reorganização do processo de trabalho. Esta função a gerência capitalista logo assumiu com uma avidez só compatível com sua primitiva timidez (Braverman, 1981, p. 65).

Sendo assim, o modo de produção capitalista pressupõe o controle do capitalista sobre o processo de produção, afinal, por meio desse controle sistemático, os capitalistas descobrem como podem aumentar a produtividade do trabalho e, consequentemente, seus lucros. Daí a diferença do caráter da gerência no capitalismo em comparação a outros modos de produção, pois no capitalismo ela aparece com o objetivo claro de expandir capital (Braverman, 1981).

Portanto, como bem destaca Pinto (2007), a análise da organização do trabalho com um viés mais técnico, como matéria de conhecimento, só vai acontecer no século XVIII, em meio a luta entre capital e trabalho, afinal, o primeiro percebe a importância de tal domínio, do *controle* para a acumulação. É como vimos na seção anterior, com Taylor que a gerência moderna irá se expressar em toda sua potencialidade. O controle perpassa, desse modo, o desenvolvimento da gerência no modo de produção capitalista.

Sobre o controle, Maria Augusta Tavares acrescenta como este não se limita somente à esfera da produção, mas se liga a um contexto mais amplo das relações sociais, ao passo em que "[...] a sua legitimidade requer sintonia com a divisão do trabalho, com o nível de desenvolvimento de cada país - dado que a globalização não os iguala - e com o momento histórico" (Tavares, 2017, p. 19). A autora nos lembra que o controle diz respeito também aos aparatos extraeconômicos, tal como o Estado, que cumprem importantes funções para garantir com que o processo de reprodução do capital ocorra.

No contexto do avanço da crise estrutural do capital[14] nos anos 1970, surgem novos desafios e transformações no mundo do trabalho, um desses elementos com o advento da

[14] Para Mészáros (2002, p. 795), a crise estrutural tem um caráter peculiar às crises cíclicas devido a seu caráter universal, seu alcance global, por ser permanente e seu desdobrar rastejante. "Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada" (Mészáros, 2002, p. 798).

acumulação flexível, é o obscurecimento do trabalho como criador do valor, algo que até mesmo a economia política clássica reconhecia (Tavares, 2017). As novas formas de controle em tempos de acumulação flexível serão essenciais para esse obscurecimento, ao passo em que ela "[...] apela à liberdade, supervalorizando a autossuficiência, a empregabilidade, a capacidade empreendedora do trabalho" (Tavares, 2017, p. 13).

Emerge a ilusão de que os trabalhadores assalariados, em especial da área de serviços, são donos de seus próprios destinos. Como se os motoristas por aplicativos, as domésticas e os entregadores fossem capitalistas, empreendedores, cujo controle do seu trabalho só caberia a eles. Vamos abordar esses aspectos no próximo item, quando serão discutidos os fenômenos que atravessam o mundo do trabalho contemporâneo que se expressam com o advento da uberização e das novas modalidades de trabalho alienado/abstrato, mas cabe adiantar que, no cenário contemporâneo do capitalismo monopolista, a tecnologia de comunicação e informação cumpre papel essencial na subordinação e controle do trabalho.

Segundo Ricardo Lara (2023), a partir dos anos 1990 o desenvolvimento da internet e do mundo virtual irão denotar a importância das tecnologias da informação que se desenvolviam para a satisfação dos interesses do imperialismo pelo capital financeiro. Logo, a tecnologia da informação passa a ser fundamental para a centralização e concentração de capitais.

> O incremento do controle produtivo e a liderança nas ações de pesquisa e desenvolvimento fomentaram a relevância do mundo de dados, com base na eficiência e em sua capacidade de modelagem do processo produtivo. Como consequência, setores inteiros foram redimensionados em função da adequação às formas *toyotistas* de produção. Esse incremento tecnológico estabeleceu novos patamares para a competitividade no mercado internacional e vem delineando uma extensa transformação produtiva (Lara, 2023, p.30).

Num contexto de crise estrutural do capital, as tecnologias da informação impulsionam, portanto, a emergência de novas modalidades de trabalho alienado/abstrato, vinculadas às plataformas digitais, que se caracterizam pelas precárias condições e relações de trabalho terceirizadas, informais, conforme será destacado no próximo item. Além desses elementos, cumpre destacar que:

> As novas tecnologias incorporadas à produção não logram atenuar o ritmo de trabalho, tampouco proporcionar mais tempo livre para o trabalhador. Esse movimento é regido para possibilitar a ampliação da extração de sobretrabalho, o que se reflete na expulsão de trabalhadores do mercado de trabalho ou na sua absorção de forma mais precária (Barros, 2019, p. 51).

Barros (2019, p. 53) também ressalta que o desemprego e a precarização não são consequências diretas do desenvolvimento tecnológico, e sim das relações sociais nos marcos do capital, reafirmando, assim, o que discutimos ao longo deste item, isto é, que o desenvolvimento tecnológico na sociabilidade capitalista é utilizado para intensificar o controle e a exploração do capital sobre o trabalhador.

Abordar o controle do capital sobre o trabalho pressupõe entender o caráter incontrolável do capital. Partindo de Mészáros, Paniago (2012) afirma que expansão e acumulação são sua razão de ser, ou seja, o capital procura acima de tudo, e isso inclui o ser social e a natureza, se reproduzir. A incontrolabilidade do capital repousa justamente naquela relação antagônica que falamos ao longo do trabalho, a relação capital x trabalho, afinal, essa relação pressupõe o controle do capital sobre o trabalho e não o contrário. Ou seja, não há nada que controle o capital.

Paniago (2012) explica que alguns séculos atrás a incontrolabilidade do capital foi fundamental para que, do feudalismo, a humanidade transitasse ao capitalismo, mas hoje essa sua incontrolabilidade põe em risco não só o capitalismo como também toda a humanidade. Mediante a crise estrutural do capital, na qual o capital ativa seus limites absolutos [15]e não encontra saídas fáceis, não só o caráter destrutivo do capital fica mais evidente, como também emerge uma crise de controle (Paniago, 2022).

Por sua natureza incontrolável, é difícil identificar algum tipo de controle que se personifique e expresse as vontades do capital. Como explica Mészáros (2002), o objetivo último do capital é a acumulação ampliada, essa, por sua vez, por vezes coincide com personificações de interesses do capital. Contudo, tais personificações são elas mesmas determinadas, são "determinantes determinados" (Paniago, 2012, p. 142). Ou seja:

> Em poucas palavras, as personificações do capital podem apenas habilitar-se a executar as mutáveis determinações que emanam do sistema como um todo e tirar proveito, se agirem de forma mais ou menos eficientes, quando essas coincidem com seus interesses particulares. Não passam, portanto, como vimos anteriormente, de pseudo-sujeitos do processo de autoreprodução do capital (Paniago, 2012, p. 142).

Portanto, também as personificações de interesses do capital são incapazes de controlá-

[15] "Todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente" (Meszáros, 2012, p. 216)

lo como um todo, o que não impede que ao longo da história do capitalismo vários estudiosos encontrem nelas um suposto controle dessa sociabilidade. De Adam Smith, com a mão invisível do mercado até os dias atuais, há várias personificações do capital que seus apologistas vão encontrar para negar sua incontrolabilidade. Todavia, "Jamais puderam justificar como, mesmo com todas as adaptações de comando, o sistema continuava a surpreender com sua capacidade de frustrar as expectativas dos capitalistas de comando no momento" (Paniago, 2012, p. 145).

Dito isto, Adam Smith, estudioso da economia política clássica, não consegue explicitar a base real da incontrolabilidade do capital que não é senão a separação entre produção e controle. O capital é em sua natureza incontrolável, apenas o trabalho é passível de subordinação, de controle (Paniago, 2012).

A incontrolabilidade emerge, portanto, do domínio do capital sobre o trabalho, o que implica que a questão do controle e, consequentemente, da incontrolabilidade, só pode ser resolvida se for superada a relação capital x trabalho, "Precisamente porque a única alternativa realmente viável para o incontrolável modo de controle do capital devia centrar-se no trabalho - e não nos variados postulados utópicos da teoria econômica burguesa, como a benevolente 'mão invisível' de Adam Smith [...]" (Mészáros, 2002 apud Paniago, 2012, p. 147).

No próximo item, a reflexão procura com mais propriedade articular a dimensão do controle às novas modalidades de trabalho alienado/abstrato, inauguradas pelo capital em sua corrente investida para ampliar os processos de subordinação, exploração do trabalho, com seus efeitos/ impactos nas condições de reprodução da classe trabalhadora.

3.2 As novas modalidades de trabalho na era da tecnologia digital

O capital, como visto no item anterior, é incontrolável, busca acima de tudo, seja dos homens ou da própria natureza, acumular lucros e consequentemente se reproduzir, mesmo que isso signifique a caminhada da humanidade em direção à barbárie. Nos últimos anos, o mundo do trabalho contemporâneo vem passando por diversas mudanças, que são expressões de um conjunto de estratégias das quais o capital se vale para lidar com a sua crise estrutural e continuar a se reproduzir. Fenômenos como a plataformização, a uberização e a economia do compartilhamento, que não deixam de estar relacionadas, expressam as novas formas de trabalho alienado que emergem na contemporaneidade, vinculadas à ampliação do setor de serviços. Os serviços se desenvolvem no capitalismo monopolista, afinal, é nesse cenário que

o capital penetra em cada canto da vida social[16], desde as mais complexas atividades da vida cotidiana, até as mais simples, como a mercadorização da saúde e educação.

> A mercantilização universal das relações sociais que os fundadores da teoria social revolucionária vislumbraram com uma acuidade espantosa (Marx-Engels, 1974: 63) - num primeiro instante monetiza as interações humanas e redunda, com a consolidação da ordem monopólica, na mediação delas pelas instituições que plasmam os *serviços* - estes se organizam crescentemente segundo a estrutura do monopólio (Netto, 2006, p. 39).

É com a reestruturação produtiva que se desenvolve as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), com a incorporação da informática e da microeletrônica nos processos de trabalho no setor produtivo industrial e na esfera dos serviços. Não é coincidência que as TICs tenham se desenvolvido com o avanço da crise estrutural do capital (Mészáros, 2012). Era preciso que o capital respondesse à sua crise, de modo que pudesse restabelecer sua taxa tendencial de lucro e o faz a partir de estratégias econômicas, tecnológicas que combinam exploração intensa do trabalho, flexibilidade das relações de trabalho e precarização das condições de trabalho, conforme a análise crítica de Pinheiro e Souza, 2023, que expõem:

> As TICs constituem elementos funcionais e centrais para a acumulação do capital na era do capitalismo financeiro, num contexto marcado pela ampliação dos processos globais de precarização da força de trabalho, o que propiciou a universalização do termo “uberização do trabalho”. Tal cenário agrava-se em decorrência do avanço da chamada Indústria 4.0 (Pinheiro. Souza, 2023, p. 107).

Com a pesquisa realizada apreendemos que as novas modalidades de trabalho se espraiam com o fenômeno conhecido como plataformização. Carelli explica que se desenvolvem as plataformas *online* com funções de *marketplace*, isto é, plataformas digitais que se apresentam como mercados *online*, cuja função é realizar a mediação da troca, seja de produtos ou de serviços realizados pelos próprios homens (Carelli, 2020). Contudo, como explica Carelli, muitas plataformas não se limitam somente a realizar a mediação, mas interferem efetivamente nos serviços ofertados, não sendo mais, assim, somente *marketplaces*. Um exemplo de plataformas que se apresentam como *marketplace*, mas não o são, é a gigante *Uber*. Segundo Carelli:

---

[16] Com isso, Netto explica que no capitalismo dos monopólios, a dimensão da esfera privada (a personalidade, os comportamentos, a vida dos homens), é subsumida à lógica de acumulação do capital, é funcional a sua valorização.

> Desta forma, não há como considerar como *marketplace*, ou empresa de tecnologia, quem presta um serviço específico e não age de forma meramente instrumental em relação ao negócio ofertado. Uma plataforma no estilo *marketplac*e é uma instrumentalizadora da prestação de serviços, enquanto que a plataforma específica de serviços condiciona, regra, realiza e garante os serviços prestados (Carelli, 2020, p. 73).

A plataforma *Uber*, que se interpõe no serviço prestado, exerce, ainda que não pareça, o controle sobre os trabalhadores que realizam o serviço, não podendo ser, pela definição do termo, considerada *marketplace*. Tom Slee (2019) traz uma discussão similar ao das plataformas ao tratar da economia de compartilhamento, que incorporaria plataformas como a *Uber* e *Airbnb*[17]. Para o autor, a economia de compartilhamento diz respeito aos negócios que se utilizam da internet para conectar consumidores e provedores de serviços de trocas, com promessas de um consumo mais sustentável, consciente e ajudar a impulsionar os microempresários. Quando na verdade, a economia de compartilhamento é parte do conjunto de fenômenos catalisados pelas TICs, que repercutem em um trabalho cada vez mais precário, flexibilizado e sem regulamentação.

As plataformas são, segundo Abílio (2020), resultados de processos que ocorrem há décadas no mundo do trabalho, mas que agora passam a acontecer em uma nova circunstância. Para a autora, o ponto focal das plataformas é que elas permitem descentralizar o trabalho ao mesmo tempo em que mantém o controle sobre ele. Nesse sentido, o fenômeno da uberização, cujo nome deriva da empresa *Uber* [18]expressa uma nova forma de controle sobre a força de trabalho, é o espraiamento, por todo o mundo, de uma forma de trabalho alienado, precária e flexível, que adentra desde a periferia até o centro global.

Tanto Carelli (2020) como Abílio (2020) afirmam que as formas de trabalho precárias que se expandem em nível global a partir dos fenômenos da uberização e plataformização[19], num contexto de flexibilização do trabalho, sempre estiveram presentes na realidade dos países periféricos. São formas de trabalho alienado, típicas da periferia global, mas que ganham novos

---

[17] O *Airbnb* é uma plataforma que possibilita que anfitriões ofertem/ aluguem acomodações para hospedes ao redor de todo o mundo. A plataforma surge em 2007 quando dois de seus fundadores passam a receber os primeiros hospedes e, em 2008 o site é lançado. O nome *Airbnb* é uma abreviação de *Airbed and Breakfast* (Disponível em >https://news.airbnb.com/br/about-us/<. Acesso em: 21/05/2024).

[18] A *Uber* é uma empresa de tecnologia que oferece serviços de mobilidade. Ela surge oficialmente nos Estados Unidos em 2010, inicialmente focada em serviços de carro de luxo. Hoje a empresa tem 142 milhões de usuários no mundo e 6,5 milhões de motoristas parceiros. (Fatos e dados sobre a *Uber*, Equipe *Uber*. Disponível em >https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/<. Acesso em: 21/05/2024).

[19] Ludmila Abílio, Rafael Grohmann e Henrique Amorim (2021), diferenciam os fenômenos da plataformização e da uberização. Para os autores o primeiro trata da plataformização dos setores da vida, em especial, das modalidades de trabalho, ao passo em que há um crescimento da dependência das plataformas digitais. Já a uberização, entende-se como um processo mais amplo, de informalização e consolidação do trabalhador por demanda, para além das plataformas digitais (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021, p. 36).

contornos a partir do desenvolvimento tecnológico pela utilização dos aplicativos. Pensemos, por meio dos exemplos trazidos por Abílio, das figuras dos motoboys e das revendedoras de cosméticos. Sobre essas últimas, Abílio aponta:

> Naquela ocupação tipicamente feminina, socialmente invisível, em um trabalho que mal é reconhecido como tal, já era possível identificar elementos centrais que tecem a reprodução social das mulheres, que se espraiam com a flexibilização do trabalho e hoje se atualizam na uberização. As distinções entre o que é e não é tempo de trabalho, a nebulosidade entre o que é e não é trabalho, as imbricações do espaço doméstico no espaço de trabalho são alguns dos elementos que compõem a flexibilização do trabalho e hoje se aprofundam sob uma nova forma de gestão e controle (Abílio, 2020, p. 112).

Segundo Tavares (2023, p. 143), a relação dos países periféricos com as formas de trabalho informal, a partir dos anos 1970, foi usada para a defesa da tese de enfrentamento do subdesenvolvimento. O cerne da questão seria a ausência do desenvolvimento como causa da predominância da informalidade. O capitalismo atual inverte essa lógica, agora aquilo que era sinônimo de atraso -a informalidade- se torna moderno (Tavares, 2023, p. 145). O discurso em torno da ideia de que a ausência de desenvolvimento gerava informalidade correspondia a um contexto desenvolvimentista, que via nas políticas desenvolvimentistas formas de acumulação de lucro e expansão de trabalhadores assalariados. Hoje, contudo,

> Dado que o desenvolvimento capitalista tornou-se incapaz de gerar emprego proporcional ao crescimento da população economicamente ativa, a informalidade – antes afirmada como resultado do atraso – foi preservada e propagada no que tange à desproteção do trabalhador, de modo que o trabalho seja aparentemente autônomo, porém gerador de mais-valia (Tavares, 2023, p. 145).

Emerge, no bojo da discussão do fenômeno da uberização, a figura do trabalhador como autogerente-subordinado (Abílio, 2019, p. 121). Ora, o trabalhador aparece como seu próprio gerente, mas é uma gerência subordinada à lógica da plataforma na qual ele se vincula. O trabalhador arca com os custos da realização do serviço e com os riscos do trabalho, mas quem determina a remuneração e quem o controla a partir de um vasto acesso a dados e algoritmos não é senão a empresa. Segundo Carreira e Peruzzo (2023, p. 57), o algoritmo fornece aos computadores "[...] instruções ao seu funcionamento elétrico, dizendo como e quando processar os dados, quais dados utilizar, ou seja, uma programação". Os algoritmos podem também funcionar de maneira autônoma ao se alimentarem de interações humanas. Nas plataformas digitais esses algoritmos recolhem dados e informações de quem utiliza as plataformas,

traçando um perfil, alimentando o banco de dados das grandes empresas, e até mesmo gerenciando o trabalho. Para Abílio (2020, p. 45) "O gerenciamento algorítmico é a possibilidade de traduzir modos de vida, relações sociais, trajetórias e desigualdades em dados administráveis que produzirão e reproduzirão desigualdades e mecanismos de exploração".

Além disso, esse trabalhador gerenciado pelas plataformas a partir dos algoritmos não tem acesso a direitos trabalhistas. É a consolidação do trabalhador *just-in-time:*

> Ser *just-in-time* significa que são transferidos ao trabalhador custos e riscos da atividade; que este está desprovido de direitos associados ao trabalho, enfrentando também a total ausência de garantias sobre sua carga de trabalho e sua remuneração. Nada está garantido" (Abílio, 2019, p. 3).

Desse modo, parte do gerenciamento do trabalho, cabe ao próprio trabalhador. Uma característica, conforme exposto anteriormente, expressa os princípios da organização toyotista do trabalho. Por trás da suposta autonomia garantida pelas empresas, os trabalhadores se veem sem garantias de remuneração, submetem-se a condições exaustivas de trabalho, faça chuva, faça sol. A empresa define as regras que delimitam o preço das jornadas e o trabalho disponível (Antunes; Filgueiras, 2020). Para Abílio (2020), os trabalhadores por aplicativos estão subordinados ao sistema *just-in-time* e, com isso, consolidam o desejo voraz capitalista de ter sempre a seu dispor, permanentemente, força de trabalho.

Relaciona-se ao fenômeno da uberização o termo cunhado pelo jornalista Jeff Howe (2008) e trazido por Abílio (2019, 2020): *crowdsourcing.* Esse termo significa que com a emergência das plataformas digitais ocorre a transferência do que antes era realizado por empresas contratadas, para uma multidão indeterminada de trabalhadores (Abílio, 2020). Conforme a autora:

> A base do *crowdsourcing*, portanto, é a multidão de trabalhadores disponíveis e engajados, que não são contratados ou pré-selecionados. Aderem às atividades disponíveis, arcam com os riscos e custos, dedicam seu tempo de trabalho a tarefas pelas quais podem ou não ser remunerados, em atividades que podem ou não ser reconhecidas como trabalho (Abílio, 2020, p. 121).

Na continuidade da exposição sobre o *crowdsourcing*, o estudioso americano De Stefano (2016) afirma que a chamada *Gig-economy*, ou economia de bico, baseia-se fundamentalmente em duas formas de trabalho: o *Crowdwork* e o *Work-on-demand.* Segundo De Stefano (2016), o primeiro se refere a uma série de serviços realizados por meio das plataformas *online* e:

> Frequentemente envolve "micro *tasks*": atividades extremamente parceladas, geralmente servis e monótonas, que ainda requerem algum tipo de julgamento para além do entendimento da inteligência artificial (ex., colocar *tags* em fotos, valorizando emoções, ou se um site ou texto é apropriado ou não, respondendo pesquisas). Em outros casos, maiores e mais significativos trabalhos também podem ser *crowdsourced* como a criação de uma logo, o desenvolvimento de um site ou o projeto inicial de uma campanha de marketing (De Stefano, 2017, p. 474, tradução nossa).

Já o segundo se refere aos tradicionais serviços que vão desde o transporte, limpeza, trabalho administrativo, mas que agora ocorrem por meio da mediação de aplicativos, que também vão intervir na forma como eles são efetuados, determinando até mesmo padrões mínimos para a sua realização (De Stefano, 2016).

Apesar de suas diferenças, ambos os fenômenos têm em comum o fato de permitirem, por meio de plataformas, que vastos contingentes de trabalhadores estejam a um clique de distância da capital. Tais fenômenos denotam aquilo que discutimos no item anterior, isto é, como a tecnologia é capturada a serviço do capital como forma de manter e intensificar o domínio deste sobre o trabalho. Ora, nas palavras do CEO da *CrowdFlower* "Com a tecnologia, você pode realmente encontrá-los, pagá-los uma pequena quantidade de dinheiro, e então se livrar deles quando você não precisa mais deles" (citado por Moshe Z apud De Stefano, 2016, p. 476, tradução nossa).

Desse modo, como discute De Stefano (2016), a mercantilização das pessoas estaria se intensificando por meio das novas tecnologias que se expressam nas plataformas *online.* Afinal, as transações ocorridas de maneira online colaboram para que se encubra o fato de que por trás dos serviços realizados existem homens e mulheres reais. A plataformização desvela uma nova forma de trabalho invisível, tal como o trabalho doméstico e o domiciliar (De Stefano, 2016), e independe do nível de qualificação dos trabalhadores, ao passo que o chamado *crowdsourcing* pode ocorrer com motorista da *Uber* e trabalhadores da Amazon, até cientistas de alto escalão da Nasa (Abílio, 2020, p. 120).

A Nasa (National Aeronautics and Space Administration) por meio da plataforma *Innocentive*, que realiza a ponte entre os cientistas e a Nasa, lançam desafios para serem cumpridos pelos cientistas, podendo fazer com que as melhores respostas ganhem prêmios em dinheiro:

> Assim, embora estejamos tratando de trabalhadores com níveis de qualificação bastante distintos, de um lado, o motorista da *Uber* e, do outro, o cientista da *InnoCentive*, há de comum entre os dois a condição de

> precarizado, a incerteza quanto à sua atividade e os riscos que são compelidos a assumir (Barros, 2023, p. 87).

Logo, o que nós temos a partir de fenômenos como o *Crowdsourcing*, é a apreensão por parte da reprodução do capital, a partir das plataformas digitais, de um contingente de trabalhadores quase invisíveis, precarizados, e nas quais as formas de lazer e trabalho se confundem. Isso ocorre, como bem nos lembra Barros (2023, p. 89), até mesmo por meio das redes sociais. Afinal, ao interagirmos com postagens, com anúncios, ao pesquisar palavras e *tag*, estamos alimentando a base de dados das grandes empresas por trás das redes sociais, que, por sua vez, repassam as informações para empresas terceiras. É a datificação da vida da qual discute Ricardo Lara (2023):

> É esta uma dimensão fundamental do trabalho em plataformas, porquanto os serviços os mais diversos recolhem e fornecem informações com alto valor de mercado, a coleta e tratamento de dados, especialmente pelas *Bich Techs*, ampliando o campo de manipulação política e ideológica na atividade reprodutiva (Lara, 2023, p. 37).

A coleta de dados por meio das plataformas digitais vai muito além de dados demográficos, é, como aponta Lemos (2021), trazido por Lara (2023), uma apreensão dinâmica de dados comportamentais, que mais tarde podem ser usados para influenciar ideologias[20] e, consequentemente, conflitos sociais.

Para além dos elementos discutidos, o fenômeno da uberização se apoia na mística ideológica do discurso do empreendedorismo. Os trabalhadores por aplicativo seriam na verdade empreendedores, autônomos e não trabalhadores assalariados. Para Antunes e Filgueiras (2020), a negação da condição de assalariados para os trabalhadores dos serviços vinculados a aplicativos é parte da estratégia de controle, mas que logo é desmistificada. Principalmente quando se observa, por exemplo, que são as plataformas que ofertam os serviços que determinam o valor da remuneração, impõem como deve ser realizado o trabalho bem como controlar a assiduidade aos trabalhadores e bloquear o prestador de serviço da plataforma.

Portanto, o discurso do empreendedorismo não é senão expressão de alienação, mistifica a verdadeira relação social que perpassa as novas modalidades de trabalho, isto é, a relação capital x trabalho. O discurso do empreendedorismo, portanto, é funcional à relação capital, pois

[20] Na perspectiva Lukacsiana ideologias são representações ideais dos conflitos sociais, podendo impulsionar os homens a tomarem posição diante desses conflitos.

> “[...] quer que todos os trabalhadores se rendam às suas determinações, mas quer que isso ocorra “espontânea e livremente”, pelo menor custo possível. Se com autoestima elevada e orgulho de si mesmo, ainda melhor. Afinal, ao capitalismo não basta a legalidade para se perpetuar como o ápice do desenvolvimento humano que pretende ser, pois o sistema precisa de legitimidade (Tavares, 2023, p. 151).

A partir de Tavares (2023) apreende-se que se cria uma mística em torno da esfera da produção, é produzida a impressão de que todo o processo ocorre somente na esfera da circulação, que se elimina a esfera da produção, da criação dos bens materiais, dessa equação. Essa problemática gera confusões como, por exemplo, onde são produzidas as mercadorias? Assim como uma suposta não existência de trabalhadores (porque não há produção) e a discussão do fim do trabalho, que será aprofundado no próximo item.

Carelli (2020) também acrescenta ao debate do empreendedorismo o discurso de que os prestadores de serviço seriam empreendedores porque recebem ganhos com base no que eles mesmos produziram. O autor argumenta que ao longo da história foram várias as formas de trabalho com base na remuneração por produção, nessa lógica do operário (típico do trabalho domiciliar, auxiliar à grande indústria) ao cortador de cana, todos seriam empreendedores. Sobre o salário por peça, Marx afirma que

> No salário por tempo, o trabalhado se mede por sua duração direta; no salário por peça, pelo quantum de produtos em que o trabalho se condensa durante determinado período de tempo. O preço do próprio tempo de trabalho, finalmente, determina-se pela equação: valor do trabalho por um dia = valor diário da força de trabalho. O salário por peça é, portanto, apenas uma forma modificada do salário por tempo (Marx, 1996, p. 183).

Portanto, o trabalho cuja forma de remuneração/assalariamento se dá pela quantidade de mercadorias produzidas e não pelo tempo de trabalho não é algo novo, e nenhum trabalhador deixou de ser considerado trabalhador por causa disto. Mais que isso, tal forma de trabalho – autônomo, empreendedor - expressa uma forma de controle sobre o trabalho, na qual o capitalista lança mão de uma estratégia que permite a intensificação da exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que não precisa de uma supervisão constante sobre ele. Como vimos a partir de Braverman (1989), no item anterior, essa forma de realizar o trabalho não se tornou dominante no início do capitalismo porque o capitalista percebe que é mais vantajoso para ele ter um controle mais sistemático do trabalho.

Carelli expõe que “Também já salientava Marx (2013, p. 624-625) que tal tipo de

contrato intensificaria o trabalho pelo próprio interesse do trabalhador em ganhar mais, o que também o levaria a querer prolongar a sua jornada laboral" (Carelli, 2020, p. 80). Ao mesmo tempo, emerge no trabalhador a ilusória sensação de que ele é pago pela venda do produto e não pela venda da sua força de trabalho, o que resulta em conflitos com os capitalistas diante da variação do salário por peça (Marx, 1996, p. 186).

Logo, essa forma de trabalho cuja remuneração interliga a quantidade de produto entregue, cria uma ilusão de que o trabalhador estaria recebendo pelo que ele produziu, e não da exploração da sua força de trabalho. Desse modo, a subjetividade do trabalhador é capturada por uma lógica que insiste afirmar que ele é seu próprio chefe, empreendedor, dono do seu destino, quando, na verdade, está sob o jugo do capitalista. São, portanto, novas formas de alienações que derivam das novas modalidades de trabalho alienado e estão interligadas a velhas estratégias do capital.

Outro fenômeno que, segundo Abílio (2019), passa a ocorrer a partir da uberização é a da juvenilização do trabalho, "O que estamos acompanhando no campo de forma ainda incipiente é a transformação de um trabalho profissional em trabalho amador, e, com ela, uma ampliação da proporção de jovens que se tornam motoboys" (Abílio, 2019, p. 8). Isso se evidencia, por sua vez, nos chamados bike boys: "Ele é brasileiro, homem, negro, entre 18 e 22 anos de idade e com ensino médio completo, que estava desempregado e agora trabalha todos os dias da semana, de 9 a 10 horas por dia e tem ganho médio mensal de R$ 992" (Aliança Bike, 2019, p. 06 apud Abílio, 2019, p. 8).

Volta-se novamente ao que foi discutido no início deste item, isto é, ainda que com novos contornos, as novas modalidades de trabalho que emergem a partir do desenvolvimento tecnológico carregam características que já há muito tempo são próprias das formas de trabalho dos países periféricos. O que torna necessário analisar é o que se denomina de *gig economy* em países como o Brasil, nos quais "[...] a informalidade, a alta rotatividade e os trabalhos temporários são na realidade elementos estruturantes das relações de trabalho" (Abílio, 2019, p. 10).

Segundo Ricardo Lara (2023):

> As condições de dependência e subalternidade, aliadas às condições internas de assimetrias produzidas no processo histórico de conformação do escravismo e do colonialismo no Brasil, criam um ambiente competitivo e limitado para as classes trabalhadoras, no qual o horizonte acaba por ser a empregabilidade e a possibilidade de não fenecer perante as necessidades imediatas de produção e reprodução da vida (Lara, 2023, p. 43).

Portanto, ao analisar as novas modalidades de trabalho alienado/abstrato, há de se considerar as particularidades que essas modalidades de trabalho alienado/abstrato assumem em um contexto no qual o trabalho precário sempre foi norma. Outro aspecto importante a ser destacado é a relação entre a precarização do trabalho e a força de trabalho feminina, que como vimos a partir de Abílio (2020), sempre expressou características que se intensificam ainda mais com a uberização. Para Verônica Maria Ferreira (2023), a reestruturação produtiva intensifica a inserção da força de trabalho feminina no mundo do trabalho, em especial em trabalhos precários (ainda que essa força de trabalho sempre estivesse presente desde a escravidão). Segunda a autora,

> A precariedade do trabalho não apenas afeta majoritariamente as mulheres e a população negra, que compõem a classe trabalhadora brasileira mais precarizada, mas tem seu conteúdo definido e particularizado pela divisão sociossexual e racial do trabalho, em suas dimensões objetivas e subjetivas, num país de formação marcadamente patriarcal e racista (Ferreira, 2023, p. 228).

Portanto, a realidade social brasileira tem como marca do trabalho informal a força de trabalho feminina. Segundo dados do IBGE (2024), a taxa de trabalho informal realizados pelas mulheres é de 39,6 % em detrimento de 37,6% realizados pelos homens, o que se intensifica ainda mais a partir do recorte de raça: a taxa de mulheres pretas e pardas que realizam trabalho informal é de 45,4% em relação a 30,7% de homens.

É um cenário desfavorável ao trabalhador e trabalhadora, que passam a monetizar qualquer esfera da vida, como segurança e privacidade, em prol do suficiente para sua subsistência (Ricardo Lara, 2023, p. 31). Como bem destaca esse autor:

> A privatização, a terceirização, a mercadorização e a criação de serviços remodelam as estruturas produtivas e reprodutivas em razão do imperativo da valorização, resultando na intensificação da exploração do trabalho e na ressignificação das próprias atividades de trabalho (Lara, 2023, p. 31).

Nesse sentido, para o autor, a uberização é uma das formas de apreensão dos fenômenos que resultam na volta do trabalho por demanda, por peça, e do trabalhador por conta própria. Ou seja, fenômenos que já marcavam o mundo do trabalho, mas agora, mediados pelas plataformas digitais, reemergem a partir das novas modalidades do trabalho, expandindo um trabalho precário, informal e terceirizado, no qual se consolida um trabalhador sempre a disposição do capital, sem nenhuma legislação social que os proteja. Portanto, não é por acaso que o desenvolvimento das novas modalidades de trabalho venha acompanhados de uma

desregulamentação do trabalho [21]que se espraia por todo o mundo do trabalho. Um exemplo trazido por Ludmila Abílio (2020, p. 43), é o do trabalhador da fábrica, que hoje, segundo a legislação brasileira só conta o tempo de trabalho quando já está em seu posto, descontando o tempo da porta da fábrica até lá e até mesmo o tempo de colocar uniforme.

> O trabalhador *just-in-time* "celetista" pode ser então convocado ao trabalho apenas quando necessário, podem legalmente receber menos que um salário-mínimo, trabalhando no tempo da demanda, sem ter nada garantido. Ou seja, a informalização do trabalho por dentro da CLT já está bem consolidade (Abílio, 2023, p. 43).

A mais recente tentativa de regulamentar o trabalho para o aplicativo é, na verdade, uma forma de consolidar a superexploração dos trabalhadores dessas modalidades, afinal, reconhece esses trabalhadores como autônomos, negando suas condições de assalariados e consequentemente uma série de direitos. Ricardo Antunes, em uma entrevista para o Instituto Humano Unisinos (2023), revela:

> As perguntas que esses grandes empresários fizeram, na sua origem, foram: como burlar a legislação protetora do trabalho. Foram consultar esses grandes escritórios de advocacia corporativa e concluíram que, para burlar e negar os direitos do trabalho, era preciso criar uma categoria híbrida, estranha, que eles definiram como "autônomos" e "autônomas" e "empreendedores" e "empreendedoras". Tratava-se de um embuste, desde sua origem! (Ricardo Antunes, 2023, não p).

Segundo Vitor Filgueiras e Renata Dutra (2023), tanto a terceirização como a uberização incitam o rompimento com a proteção social. Terceirização e uberização são conceitos que não se confundem, já que o primeiro pressupõe um interposto, ou seja, um intermediário (ainda que quem de fato detenha o controle do processo produtivo seja a empresa contratante) e, no segundo, esse interposto não aparece, já que a plataforma não age como intermediária, ela controla a execução do serviço. Contudo, terceirização e uberização podem ser empregadas ao mesmo tempo e tem elementos em comum na medida em que ambas fazem o possível para desregulamentar o trabalho "[...] ostensivamente, no caso da uberização, por meio da negação de qualquer vínculo laboral e, na terceirização, variando entre a inefetividade dos direitos trabalhistas, a informalidade propriamente dita e também a negação do assalariamento" (Filgueiras e Dutra 2021, p. 11).

[21] A exemplo da reforma trabalhista L-13.467/2017; da lei da terceirização L-13.467/207 e da reforma da previdência.

É nesse cenário desfavorável que o trabalhador brasileiro se encontra, pois o capital em sua ofensiva sobre o trabalho ataca leis trabalhistas consolidadas, resultantes de anos de luta do movimento dos trabalhadores, que legalizou condições de trabalho, marcadas, como bem aponta Vitor Filgueiras e Renata Dutra (2021, p. 5), por

> [...] jornadas extenuantes; trabalho sem repousos semanais ou férias; rendimentos inferiores ao salário mínimo (sobretudo no caso dos entregadores em bicicletas); abandono por parte das empresas em casos de acidentes e adoecimento; endividamento para custear os instrumentos de trabalho e para suportar os riscos transferidos pelas empresas; submissão a punições arbitrárias e desligamentos em caso de não atendimento das exigências empresariais; exposição a retaliações em caso de adesão a greves e organizações coletivas (condutas antissindicais); ausência de estrutura adequada para alimentação, repouso; e, durante a pandemia da covid-19, ausência de condições sanitárias elementares (Filgueiras & Antunes, 2020; Filgueiras *et al*, 2020).

Os dados expostos a seguir corroboram para demonstrar o quantitativo de trabalhadores por aplicativos e as condições de precarização. Quanto ao trabalho dos motoristas por aplicativos, predomina o segmento masculino. Em 2022, segundo dados do PNAD/ IBGE (2023), 1,5 milhões de pessoas que trabalham por meio de aplicativos no Brasil, 81,3 % eram homens. Destaque-se que 70,1 % dos trabalhadores plataformados estão na esfera da informalidade. No que se refere ao recorte racial dos motoristas das plataformas digitais, uma pesquisa realizada pelo PNAD/ IBGE (2022), durante o período pandêmico, revela que a maioria dos motoristas por aplicativos, conforme anunciado anteriormente, é preto ou pardo: 59,2 % contra 40 % de brancos. Já a de entregadores *i-food, uber eats*: 60% pretos ou pardos e 38,5% brancos. Os dados do IBGE também revelam que 97,3 % dos motoristas por aplicativo e 84% dos entregadores por aplicativo manifestaram que é o aplicativo que determina o valor a ser recebido, e 87,2 % e 85,3 %, respectivamente, que são também os aplicativos que determinam os clientes. Em um relatório da OIT em 2021, foi constatado que 79% dos trabalhadores de táxis por aplicativo e 74% dos entregadores por aplicativo entrevistados ao redor do mundo, sentem-se estressados por causa das condições de trabalho, devido ao pagamento insuficiente, pressão pela eficácia e rapidez, falta de empregos, horários prolongados etc. Refletindo na potencialização dos riscos durante o trabalho, em especial com a falta de proteção social.

Desse modo, conforme o exposto, as novas modalidades de trabalho dependentes das plataformas digitais ou não, expressam uma relação intrínseca com o desenvolvimento tecnológico, gerando alterações significativas para a realização do trabalho e a reprodução da

classe trabalhadora. Essas mudanças desafiam as reflexões teóricas, pois se o desenvolvimento tecnológico impacta nos elementos fundantes da categoria trabalho na contemporaneidade, esta categoria ainda é fundamental para entender o mundo ao nosso redor? Estaríamos caminhando para uma era na qual o trabalho estaria sendo superado pelas máquinas e o trabalho assalariado pelos empreendedores? Vamos procurar explicitar esses elementos no próximo item.

3.3 Seria o fim da categoria trabalho?

A categoria trabalho, como vimos no início, é uma categoria ineliminável a qualquer sociabilidade, afinal, é por meio dela que ocorre a mediação do homem com a natureza e, a partir daí, o ponto de partida que funda e possibilita o desenvolvimento do ser social. Vimos também que em certo ponto da história, na medida em que a humanidade se desenvolvia a patamares sociais cada vez mais elevados, passou a predominar o trabalho alienado. No capitalismo esse trabalho alienado toma a forma de trabalho abstrato.

O trabalho abstrato é, segundo Lessa (2016, p. 142), mais amplo que o trabalho em seu sentido ontológico que transforma a natureza, afinal, ele abrange toda atividade que gera mais-valia, seja ela no âmbito da teleologia primária ou secundária. Nesse sentido, o fenômeno da uberização e das novas modalidades de trabalho que daí emergem não são trabalho no sentido ontológico, isto é, não produzem riquezas materiais, mas não deixam de ser trabalho alienado/abstrato.

Contudo, ainda que o chamado trabalho autônomo vinculado às TICs seja trabalho alienado/abstrato, há quem defenda que este estaria, na verdade, superando o trabalho assalariado. Ou até mesmo que estaria emergindo uma zona cinzenta no mundo do trabalho, nos quais as novas modalidades não se encaixam nem como trabalho assalariado nem como autônomo (Filgueiras; Antunes, 2020, p. 39). A discussão a respeito de um suposto adeus ao trabalho e até mesmo o proletariado como classe revolucionária não é uma discussão recente[22], mas ela ganha novos contornos a partir do desenvolvimento das tecnologias da informação.

Segundo Sérgio Lessa (2007, p. 37), o primeiro adeus se dá em um contexto de crise de apogeu e posterior crise do *Welfare State* e fordismo, e de crise do bloco soviético. Para o autor, os estudiosos do primeiro adeus têm em comum como núcleo teórico a ideia de que o desenvolvimento tecnológico que ocorre no pós-segunda guerra, teria impulsionado a humanidade a um patamar de desenvolvimento no qual as classes estariam sendo

[22] Trataremos mais à frente de autores que versam sobre a discussão da categoria trabalho a partir dessa perspectiva.

transformadas, a ponto de até mesmo estarem em vias de desaparecimento. Ele também destaca outros elementos importantes para entender os pontos chaves em comum dos estudiosos do primeiro adeus, como:

> [...] que as novas tecnologias estariam convertendo engenheiros, cientistas, técnicos dos mais variados setores em "trabalhadores produtivos" e abolindo as fronteiras entre o trabalho manual e o intelectual. E, em terceiro lugar, que tais transformações tornavam necessário um novo conceito de classe, digamos, mais atual que o de Marx (Lessa, 2007, p.45).

Um dos autores mais importantes desse primeiro adeus do qual discute Lessa é André Gorz. Para Gorz (1987, p. 86), o proletariado não seria mais uma classe revolucionária, pois no capitalismo contemporâneo ela não mais teria poder. Segundo Gorz, o trabalho, tanto no âmbito da fábrica como no do escritório, não mais seria uma atividade própria do trabalhador, e sim uma atividade pré-programada, na qual a iniciativa pessoal se desvanece. O trabalhador, imerso nesse contexto, não mais se identificaria com seu trabalho e, na medida em que isso ocorre, não se sente mais como pertencente a uma classe. A própria classe entraria em crise.

Surge, em meio à crise do proletariado, aquilo que Gorz (1987, p. 87) vai chamar de *não-classe*, que não seria produzida pelo capitalismo e sim pela sua crise e a dissolução das relações de produção capitalistas. Mas quem seria essa *não-classe?* Ela seria, conforme o autor, formada por aqueles que foram expulsos da produção e os que se tornam subempregados frutos da automação. Conforme Gorz (1987),

> O neoproletário geralmente é superqualificado com relação ao emprego que encontra. Está condenado ao desemprego de suas capacidades enquanto espera pelo desemprego puro e simples. Todo emprego, para ele, tem um caráter acidental e provisório, e todo trabalho de uma forma contingente. Para ele é impossível investir-se em "seu" trabalho, identificar-se com "seu" emprego. O trabalho deixa de ser, para ele, uma atividade ou mesmo uma ocupação principal para se tornar um tempo morto à margem da vida, onde se está "ocupado" em ganhar algum dinheiro (Gorz, 1987, p. 89).

Portanto, em Gorz, algumas características da não classe ou neoproletariado giram em torno da sua não identificação com o trabalho, afinal, o trabalho passa a ser somente uma atividade provisória. Gorz (1987, p. 90) ainda vai mais além quando afirma que não faz mais importância em diferenciar trabalho produtivo e improdutivo, pois, diante do caráter temporário dos empregos que ocupam, os trabalhadores não se sentem como proletariado e muito menos outra classe e categoria, são, portanto, não-trabalhadores.

E o que esse não proletariado significa para o processo revolucionário? Ora, segundo

Gorz (1987, p. 93), diferente do proletariado de Marx, a não-classe, não tem uma concepção de sociedade futura, ela é subjetivamente liberada na medida em que ao contrário do proletariado não tem importância material, o progresso aparece somente como mais barbárie. Para o autor as transformações necessárias para a sociedade não encontram respostas por meio de processos materiais, daí a importância da não-classe que "[...] encarna, ao mesmo tempo, a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes" (Gorz, 1987, p. 93).

Nesse sentido, conforme Lessa (2007), o desenvolvimento tecnológico aparece em Gorz, como a causa que impulsiona o surgimento da não-classe e crise do proletariado, ao mesmo tempo em que seria por meio dele que surgiria a possibilidade de superação do sistema, a partir da não-classe. Essas transformações ocorreriam no âmbito da vida cotidiana e das instituições, "[...] o desenvolvimento do capitalismo teria dado origem a uma situação ambígua na qual haveria espaços de autonomia que se contrapõem aos agenciamentos heterônimos peculiares ao capital" (Lessa, 2007, p. 51).

A questão que se coloca é como, dentro do próprio capitalismo, se abriria esses espaços ao passo em que o desenvolvimento das forças produtivas, segundo o próprio Gorz, só daria origem a mais capitalismo? Isso só poderia ocorrer na esfera da subjetividade (Lessa, 2017). Para o autor, a tese de Gorz que mais teria impacto e influência no debate sobre o trabalho seria justamente a de como o "[...] o proletariado teria dado adeus à revolução graças ao desenvolvimento das novas tecnologias" (Lessa, 20007, p.54).

O segundo adeus ao proletariado e a categoria trabalho passa a acontecer em um contexto contrarrevolucionário, de ofensiva neoliberal, queda do bloco soviético, reestruturação produtiva e crise estrutural do capital. Se no primeiro adeus ao trabalho os estudiosos partem da premissa de que o desenvolvimento tecnológico trouxe transformações as quais colocam o proletariado e o trabalho em vias de extinção, esse papel é cumprido agora especialmente pela reestruturação produtiva. É nesse segundo adeus que aparece o debate acerca da imaterialidade, que irá aparecer primeiro em G.A Cohen (1978), e continua em Claus Offe, Jean Lojkine, Jürgen Habermas e tantos outros (Lessa, 2007)

Jean Lojkine (1995, 309), por exemplo, defende que a revolução informacional traz novas possibilidades para a humanidade. Para ele, as novas tecnologias da informação trazem potencialidades contraditórias, inclusive a de superar a sociedade mercantil. Afinal, como aponta Lessa (2007, p. 67), a informação não tem caráter material, daí a impossibilidade de transportar mercadoria, "Relação *não-mercantil*, por consequência, na medida em que prevalece o dom/contra-dom, o ouvir, a consideração das necessidades de cada um, o primado

da qualidade sobre a quantidade, e não a troca de produtos mercantis estandardizados" (Lojkine, 1995, p. 309 grifos do autor).

Nesse sentido, com a superação do trabalho que transforma a natureza para constituir bens materiais pelo trabalho informacional, obscurece-se a diferença entre as classes, que tinham na base material essas diferenças postas (Lessa, 2007). Assim como Cohen, Lojkine não consegue desenvolver seu argumento sobre material, de como ele poderia influir sobre aquilo que é, de fato, material. Explica Lessa:

> Marx tinha uma concepção inteiramente distinta: as idéias (se quisermos permanecer com Lojkine, as informações) não seriam "imateriais", mas partes movidas e moventes de uma nova materialidade, de uma nova esfera ontológica, o ser social, no desenvolvimento do qual as idéias (as ideologias) exercem força material decisiva. As idéias são parte da porção subjetiva de uma nova matéria consubstanciada fundamentalmente pelo trabalho. A oposição de qual se trata é entre a subjetividade e a objetividade do *mundo material dos homens*, e não entre a "matéria" e o "imaterial" (Lessa, 2007, p.42).

Para Marx, as ideias não seriam imateriais, pelo contrário, seriam parte da nova materialidade, parte do ser social, no qual as ideias têm um papel fundamental. Nesse ínterim, a questão não seria a oposição entre o que seria material e imaterial, mas sim entre subjetividade e objetividade na esfera do ser social ou, como põe Lessa, no mundo material dos homens. O que Lojkine faz é cair em idealismo, só assim ele pode colocar a interferência do material sobre o material. Lessa (2007) aponta a questão do material no segundo adeus ao proletariado como uma tendência que advém do abandono cada vez mais frequente do entendimento do trabalho em seu sentido ontológico. Diz o autor:

> O grande problema desta concepção ontológica tradicional, demonstrado por pelo menos dois mil anos de tentativas filosóficas as mais diversas, está na inexistência de mediações que possibilitem o imaterial ter uma força material no ser social. Lojkine elude esta questão e termina sem dar qualquer explicação acerca do milagre do imaterial se converter em material (Lessa, 2007, p. 73).

Logo, quando se deixa de lado a categoria trabalho, destacam-se concepções que realizam o impossível, isto é, demonstrar como o material teria força naquilo que é material sem nenhuma mediação. Um problema fundamental das teses que negam a dimensão fundante do trabalho, ou até mesmo entre aqueles que a defendem, mas ao mesmo tempo expandem a

classe trabalhadora, como o caso de Antunes[23], é para Lessa (2007) o fato desses autores não apreenderem a função social das classes como o ponto central de diferença entre elas, utilizando-se, em vez disso, o assalariamento.

Assim, emergem discussões que confundem as categorias expostas por Marx e, diante das transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade, defendem uma suposta superação da categoria trabalho. Contudo, por um lado, como já discutimos, a categoria trabalho é inerente à humanidade, que precisa sempre realizar a mediação com a natureza para se reproduzir. É por meio desse trabalho, do trabalho concreto, que pressupõe a transformação da natureza pelo homem, que nós temos as riquezas materiais. Como bem coloca Ricardo Antunes (1995):

> Os produtos criados pela Toyota, Bentton ou Volvo, por exemplo, não são outra coisa senão *mercadoria* que resultam da interação entre *trabalho vivo* e *trabalho morto*, capital variável e capital constante. Mesmo num processo produtivo, tecnologicamente avançado (onde se pudesse presenciar o predomínio de atividades mais intelectualizadas, mais qualificadas), ainda assim a criação de valores de troca seria resultado dessa *articulação* entre os trabalhos *vivo* e *morto* (Antunes, 1995, p. 76).

Nesse sentido, o trabalho útil concreto continua fundamental para a reprodução da sociabilidade capitalista, ao mesmo tempo em que se expandem novas modalidades de trabalho alienado/abstrato que não pressupõem a transformação da natureza, mas que fazem parte da configuração do trabalho abstrato na atualidade. A exemplo da diversidade das modalidades que integram o setor de serviços, as quais requerem análises sobre as determinações contemporâneas do trabalho, conforme apontado no início do item sobre o novo adeus ao trabalho exposto por Antunes e Filgueiras (2020). Antes de adentrarmos no que significa esse novo adeus ao proletariado é pertinente apontar que Antunes, tal como expôs Lessa (2007) e como vimos em seu conceito de classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 1995), expande a classe trabalhadora e cai naquele problema do qual falava Lessa: tomar o assalariamento como critério definidor de classes.

Dito isto, segundo Filgueiras e Antunes, com a emergência das novas modalidades de trabalho precário relacionadas às novas tecnologias de informação e comunicação, há quem defenda de que estaria sendo superado o assalariamento. As próprias empresas encorajam o

[23] Para Lessa (2007), Antunes se equivoca ao usar o termo classe-que-vive-do-trabalho para se referir àqueles que vendem sua força de trabalho. Dessa afirmação decorre vários problemas, a começar da amplitude do assalariamento, base desse conceito, já que existe classes muito diferentes englobadas pelo conceito de assalariamento, onde até mesmo gestores do capital podem ser assalariados (Lessa, 2007).

discurso da autonomia e do empreendedorismo, quando, na verdade, o fenômeno chamado uberização do trabalho seria:

> [...] expressão de formas diferenciadas de assalariamento, comportando tanto obtenção de lucro, exploração do mais valor e também espoliação do trabalho, ao transferir os custos para seus/suas trabalhadores/as que passam a depender diretamente do financiamento de suas despesas, que são imprescindíveis para a realização de seu labor (Filgueiras; Antunes, 2020, p. 31).

Nesse sentido, o adeus ao proletariado da qual os autores falam, seria um adeus com três frentes ou perspectivas: a primeira é a de que o trabalho autônomo estaria tomando o lugar do trabalho assalariado; a segunda é a de que as novas modalidades de trabalho não seriam nem assalariadas nem autônomas, fariam parte de uma zona cinzenta. As duas primeiras concepções geralmente são combinadas para a discussão e defesa das transformações no mundo do trabalho. Elas aparecem até mesmo em publicações da OIT- Organização Internacional do trabalho (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 39).

A terceira perspectiva vem do economista britânico Guy Standing (2011, 2016), o qual postula que os trabalhadores das novas modalidades de trabalho das plataformas digitais seriam o chamado precariado[24], uma nova classe social diferente dos assalariados. Não seriam empregados e a regulação protetiva não seria a solução, já que a legislação não daria conta das transformações no mundo do trabalho (Filgueiras; Antunes, 2020). Desse modo, sobre as três dimensões do novo adeus ao proletariado, os autores concluem:

> Em síntese, em suas três versões, o novo adeus à classe trabalhadora presume (quando não apoia) que o direito do trabalho tende a ser anacrônico porque as novas formas de trabalho o tornaram inviável ou inaplicável. Trabalhadores/as seriam crescentemente autônomos, empreendedores ou parte do precariado sem vínculos com um empregador específico que pudesse ser responsável pelos seus direitos (Filgueiras; Cavalcante, 2020 apud Filgueiras; Antunes, 2020, p. 40).

Vemos, portanto, que o debate em torno do caráter fundante da categoria trabalho está na ordem do dia, ao passo em que emergem teorias que negam a condição de assalariados, portanto de trabalhadores abstratos/ alienados das novas modalidades de serviço vinculadas às TICs e a plataformização, como vai ser o caso dos motoristas por aplicativo. Se Gorz já pensava em uma categoria mais atual para a classe trabalhadora do que Marx, e para tanto cunhou o

[24] Stading entende por precariado "[...] uma nova classe social que estaria crescendo ao redor do mundo, que se diferencia dos assalariados (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 40)"

termo da *não-classe* ou *neoproletariado*, vemos isso acontecer novamente em Standing, quando este cunha o termo precariado e nega o assalariamento.

Para Antunes (2020, p.350), longe da superação da categoria trabalho, se tem a reafirmação dessa categoria, especialmente em sua dimensão de trabalho precário, na qual as novas modalidades de trabalho estão, majoritariamente hoje, ainda que em medidas diferentes, conectadas ao mundo digital. Para Antunes (2020), esse cenário se intensifica com a chamada indústria 4.0[25], projeto alemão que visa um salto tecnológico da produção a partir do uso das TICs, o que se traduz em uma maior robotização e automação. Sua principal consequência, para Antunes (2020), é a ampliação do trabalho morto, ao passo em que cada vez mais atividades antes realizadas pela humanidade passam a ser realizadas por ferramentas automatizadas, seguindo os ditames da tecnologia informacional-digital.

Isso traz uma gama de problemas, ao passo em que se diminui expressivamente o trabalho vivo, o que se traduz em um contingente de pessoas desempregadas. Todavia, reafirmamos aquilo que discutimos ao longo desse trabalho, isto é, a diminuição do trabalho vivo não significa a sua superação, afinal, como bem expõe Antunes: "[...] sem alguma forma de trabalho humano, o capital não se reproduz, visto que as máquinas não criam valor, mas o potencializa" (Antunes, 2013; Dyer-Whitheford, 2015; Huws, 2003, 2015; Carchedi, 1997; Caraffentzis, 1997 apud Antunes, 2020, p. 351).

O trabalho continua sendo a categoria que funda a reprodução social do ser humano, não só porque é por meio dela que se produz a riqueza material, sem o qual nenhuma humanidade sobreviveria, mas também porque sem o trabalho, em ambas as dimensões ontológicas: fundante e abstrata, não haveria a reprodução da sociabilidade capitalista. É por meio do trabalho útil concreto e do trabalho abstrato, articulados contraditoriamente, que se produzem mercadorias como valor de uso e valor de troca, determinando material e socialmente a reprodução da sociabilidade capitalista. Conforme exposto no início deste TCC, o trabalho fundante produz os bens necessários à reprodução de toda e qualquer sociabilidade, porque atende necessidades elementares da vida humana, sem eles o homem não se reproduz materialmente.

O trabalho abstrato se constitui a partir da exploração intensa da força de trabalho na sociedade de classe destacada, que sempre se reproduz para atender às exigências imanentes do capital – aumentar a extração da mais valia relativa para produzir e acumular riqueza-. Com isso, produzem e fazem circular mercadorias como valores de troca para realizar a mais valia

[25] A indústria 4.0 é um projeto *high tec* do governo alemão lançada em 2011.

absoluta e relativa, resultante do trabalho excedente. A relação capital só existe pela regência da exploração do trabalho abstrato, tornando o trabalho útil concreto subsumido, subordinado a tal relação. Eis a lógica da relação essencialmente contraditória entre capital e trabalho.

Isso nos faz reafirmar a pertinência da dimensão fundante da análise da categoria trabalho no mundo contemporâneo. Se hoje, em uma sociabilidade cada vez mais elevada, o conjunto da práxis humana há muito se constituiu para além do trabalho, esta categoria ainda é o ponto de partida, é fundante do gênero humano, do ser social. Portanto, o que se coloca na ordem do dia não é a superação da categoria trabalho em seu sentido ontológico, mas a superação da sua dimensão alienada. Afinal, o trabalho, em seu sentido ontológico, é "a vida que gera vida" (Marx, 2015, p. 311).

Lukács, certa vez em uma entrevista, afirmou que para ele a parte mais importante da teoria marxiana era "[...] a tese segunda a qual a categoria fundamental do ser social, e isto vale para todo ser, é que ele é histórico" (2017, p, 182). Ora, o ser social como um ser histórico e objetivo, ao superar o trabalho abstrato/alienado na humanidade, pode construir uma nova história em direção a uma sociedade verdadeiramente emancipada, na qual o "[...] o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos" (Marx, 2005, p. 59).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral realizar uma análise sobre as novas modalidades de trabalho derivadas do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs e sua relação com a categoria trabalho na contemporaneidade. Para tanto, foram expostos os fundamentos da categoria trabalho e explicitado que, apesar dessa categoria ser fundante do ser social e estar presente em todas as formações sócio-históricas, a dimensão alienada/ abstrata do trabalho, que desumaniza e desrealiza o homem, predomina nas sociedades assentadas na exploração do homem pelo homem, consolidando-se na sociedade capitalista.

Logo, por meio da pesquisa teórica, na modalidade bibliográfica, foi possível relacionar os fundamentos ontológicos da categoria trabalho (dimensão fundante e abstrata), as formas de organização da produção e da gestão do trabalho iniciais no capitalismo, com a manufatura e a grande indústria, até as suas expressões contemporâneas – o taylorismo-fordismo – e o toyotismo. Este último recrudesce, com a crise estrutural do capital e o desenvolvimento incontrolável da reestruturação produtiva ao gerar o fenômeno das novas modalidades de trabalho vinculadas as TICs, as plataformas digitais. Apreendeu-se, desse modo, como as novas modalidades de trabalho se inserem no contexto das estratégias de restauração do capital para alavancar suas taxas de lucro, em especial a partir do tripé da ideologia neoliberal, reestruturação produtiva e financeirização do capital (Netto; Braz, 2012, p. 226).

Evidenciou-se, no contexto contemporâneo, marcado pelo uso desenfreado e destrutivo da tecnologia que coloca em risco até mesmo a reprodução da humanidade e da natureza, que se intensificam as formas de controle do capital sobre o trabalho por meio das plataformas digitais e seus algoritmos. Isso ocorre porque as plataformas possibilitam manter um controle centralizado da força de trabalho, ao mesmo tempo em que as dispersa (Abílio, 2019; 2020). Os algoritmos aparecem aqui como peças fundamentais para o controle do trabalho ao traçar perfis, coletar informações e exercer funções de gerência sobre os trabalhadores.

A dimensão do controle na contemporaneidade é marcada também pelo ataque do capital às subjetividades dos trabalhadores, subjetividades capturadas como peças-chaves para produzir mais subordinações aos processos de acumulação do capital na contemporaneidade, conforme apontou Souza (2006). Essa cruzada do capital às subjetividades também identifica na ideologia do empreendedorismo o terreno fértil para mistificar as relações de trabalho precarizadas e as faz parecer como se os trabalhadores fossem empresários e empreendedores.

Em verdade, as plataformas digitais que detém o controle do processo de trabalho,

distribuindo os serviços a serem realizados, impondo prazos e punições e tendo o poder de bloquear os trabalhadores. Ou seja, a mística alienada do empreendedorismo, conforme visto, garante a exploração do trabalho certo grau de legitimidade e a possibilidade de burlar as leis trabalhistas ao negar a condição de assalariado aos trabalhadores (Tavares, 2023; Filgueiras e Antunes, 2020; Abílio, 2019).

Paralelo e relacionado à intensificação do controle do capital sobre o trabalho, por meio das novas plataformas vinculadas às TICs, também se intensificam as condições precárias de trabalho, generalizando características do trabalho informal que marcam a formação sócio-histórica dos países periféricos, tal como o Brasil, mas que agora ganham dimensão universal (Abílio, 2019; Carelli, 2020). A tudo isso, se soma a desregulamentação das leis trabalhistas, impulsionadas pela ideologia neoliberal. Constitui-se o que Ludmíla Abílio (2020) chama de trabalhador *just-in-time*, um trabalhador precário e informal, disponível a qualquer hora, que arca com os custos do seu serviço e os realiza sem a garantia de nenhuma proteção social.

Para apreender todos esses elementos expostos foi necessário, antes de tudo, resgatar a concepção ontológica de trabalho posta por Marx desde seus escritos de 1844, que não se modifica e nem poderia - o trabalho como inerente ao gênero humano-. Ou seja, a apreensão de que a história humana "[..] não é senão a geração do homem pelo trabalho humano, senão o devir da natureza para o homem [...]" (Marx, 2015, p.358). Portanto, o trabalho é uma categoria fundamental, porque por um lado é fundante das relações sociais e é por meio dela que são produzidos os valores de uso sem os quais nenhuma humanidade poderia sobreviver e, por outro, em sua forma alienada, como trabalho abstrato, é base do modo de produção capitalista, que só pode se reproduzir mediante a produção do valor.

A pesquisa e a elaboração do trabalho revelaram que, ao passo em que realiza o trabalho, a humanidade desenvolve também suas forças produtivas, transforma a natureza, adquire novos conhecimentos e habilidades e dá origem a novos objetos e meios de trabalho. Portanto, o desenvolvimento tecnológico está vinculado às necessidades da produção e da reprodução do ser social. Contudo, como vimos, com a emergência da Revolução Industrial e consolidação da grande indústria ocorre um avanço tecnológico significativo que passa a responder às necessidades da recomposição orgânica do capital e expandir a produção de bens materiais socialmente.

Na continuidade desse processo, com o avanço do capitalismo monopolista, o desenvolvimento tecnológico irá expressar o aprimoramento da dimensão destrutiva, imanente à reprodução do capital, colocando em xeque a própria reprodução da humanidade. Logo, a tecnologia, ainda que em si não produza valor, cumpre importante papel para a reprodução do

capital, potencializando a produtividade e, consequentemente, a acumulação de mais-valia relativa, sendo peça fundamental para manter o controle do capital sobre o trabalho.

Apreendemos com a pesquisa que as novas modalidades de trabalho que emergem a partir das TICs, ainda que circunscritas à esfera dos serviços, não negam os elementos expostos acerca da categoria trabalho, antes o reafirmam pela relação dinâmica que se estabelece entre as dimensões da produção e da circulação na reprodução do capital, das diversas formas de produção de trabalho abstrato. As novas modalidades de trabalho se assentam na exploração do trabalho abstrato, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico desvela a diminuição de trabalho vivo, mas nunca a sua superação, ao passo em que toda sociabilidade, incluindo a capitalista, só pode existir com base no trabalho.

Tendo em vista tais discussões, observa-se que são vários os desafios que a humanidade enfrenta e irá se deparar nos próximos anos, em meio a ofensiva do capital sobre o trabalho e de suas estratégias destrutivas, procurando saídas para uma crise na qual as alternativas não se apresentam. Reiteramos com o estudo realizado que para uma verdadeira superação das condições bárbaras de trabalho e de reprodução social dos trabalhadores produzida pelo capital em todo o globo, e pelo desenvolvimento pleno do gênero humano, é preciso eliminar a dimensão alienada do trabalho, o trabalho abstrato.

Por fim, embora nosso objeto de pesquisa esteja relacionado à análise da relação entre trabalho e as novas tecnologias, revelando a contundência dos desafios postos à sociedade, aos trabalhadores, ele também atinge a formação e ao mercado de trabalho de assistentes sociais na atualidade, haja vista a expansão das modalidades de trabalho vinculadas às TICs no Brasil, inclusive integradas como “novas ferramentas” nos diversos espaços de atuação profissional, sejam públicos, privados ou em organizações do terceiro setor. Fenômeno que exige, portanto, na formação a insurgência de reflexões críticas substantivas dos determinantes sócio-históricos que impactam a ação profissional dos assistentes sociais. Esses impactos possibilitam ampliar as desigualdades sociais, pois, precarizam às condições de acesso dos usuários, dos trabalhadores, aos serviços e à dinâmica da atividade, das formas de remuneração, de contratação, enfim, às relações de trabalho dos assistentes sociais. Eis, então, nossa contribuição acadêmica ao curso de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. **Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*?** In Estudos Avançados**,** 34 (98), 2020.

ABÍLIO, Ludmila C. (2019). **Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado**. Psicoperspectivas: Individuo y sociedade vol. 18, n.3. p. 41-51, 2019. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/pdf/psicop/v18n3/0718-6924-psicop-18-03-41.pdf.

ANDRADE, Mariana Alves. **Lukács: trabalho, modos de produção e ontologia**. Revista de Ciências do Estado. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, e25171. ISSN: 2525-8036.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez: 1995.

ANTUNES, Ricardo. **PL dos Aplicativos: urge evitar a iminente derrota cabal dos trabalhadores e trabalhadoras**. Blog Boitempo, 22/03/24. Disponível:> https://blogdaboitempo.com.br/2024/03/22/pl-dos-aplicativos-urge-evitar-a-iminente-derrota-cabal-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-entrevista-com-ricardo-antunes/<. Acesso em: 22/05/24.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

BARRADAS, Liana França Dourado. **Marx e a divisão do trabalho no capitalismo.** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

BARROS, Albani. **Precarização: degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo.** Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981

CARELLI, Rodrigo de L., CAVALCANTI, Tiago Muniz e FONSECA, Vanessa P. **O FUTURO DO TRABALHO: os efeitos da revolução digital na sociedade**; EQUIPE UBER. Fatos e dados sobre a Uber. Brasília: ESMPU, 2020

COGGIOLA, Osvaldo. **Uma História Do Capitalismo: DAS ORIGENS ATÉ A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.** São Paulo: Brazil Publishing, 2005.

COUTINHO, Carolos Nelson; NETTO, José Paulo (org). LUKÁCS, György. **Socialismo e Democratização: Escritos Políticos 1956-1957**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

DE MELO, Alex Fiuza. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

DE STEFANO, V. **The rise of the "Just-in-time workforce": On- demand work, crowdwork, and labor protection in the "gig-economy"**. In: **The rise of the" just-in time workforce": on demand work, crowdwork, and labor protection in the" gig economy"**, Comparative labor law and policy journal, 2016.

ENGELS. **"Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem"**, in: Marx e Engels, obras escolhidas, v.2, s/d

FERREIRA, Maria Lucia. **A teoria marxiana do valor-trabalho**. São Paulo: Ensaio, 1992

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; DUTRA Renata. **DISTINÇÕES E APROXIMAÇÕES ENTRE TERCEIRIZAÇÃO E UBERIZAÇÃO: os conceitos como palco de disputas.** Caderno CrH, Salvador, v. 34, p. 1-14, 2021

GIANNA, Sergio Daniel. **Ideologia, ciência e filosofia: Unidade e diferença no pensamento de Lukács e Mészáros**. Maceió: Coletivo veredas, 2021

Gorz, Andre. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo editorial, 1999

IBGE. **Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza**. Agência IBGE Notícias, 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza. Acesso em: 22 de março de 2024.

IBGE. **Em 2022, 1,5 milhão de pessoas trabalharam por meio de aplicativos de serviços no país**. Agência IBGE Notícias, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38160-em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais. Acesso em; 31/03/2024

INTERNACIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Realizing decent work in the platform Economy.** Genebra: ILT, 2024. 1 v

LAPA, Raphael Santos. **O trabalho em plataformas digitais e a pandemia do covid-19: Análise dos dados da PNAD Covid-19/IBGE.** IPEA: 2022

LESSA, Sergio. Alienação e Estranhamento. In: MARX, Karl. **Caderno de Paris e Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 1ª edição.

LESSA, Sergio. **Para Compreender A Ontologia de Lukács**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016

Lessa, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sergio. **Trabalho e Reprodução Social**. In: Capacitação em serviço social e política social: módulo 2: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Brasília: CEAD, 1999

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

LUKÁCS, Georg. **Pensamento Vivido: Autobiografia em diálogo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

LUKÁCS, Georg. **Prolegômenos e Para a ontologia do ser social.** Maceió: Coletivo veredas, 2018.

LUKÁCS, Georg. **Para a ontologia do ser social.** Maceió: Coletivo veredas, 2018.

MARX, Karl. **Caderno de Paris e Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 1ª edição.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosôficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova cultural, 19871

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. I, Tomo I

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. I, Tomo II

MESZÁROS. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014

NETTO, José Paul; BRAZ, Marcelo. **Economia Política uma introdução**. São Paulo: Cortez, 2012

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** São Paulo: Cortez, 2012

OIT. ***Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo 2021: O papel das plataformas digitais na transformação do mundo do trabalho***. Bureau Internacional do Trabalho - Genebra: OIT, 2021. 1 v

PANIAGO, Cristina. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital**. Instituo Lukács: São Paulo, 2012.

PANIAGO, Cristina. **A Crise Estrutural do Capital, os Trabalhadores e o Serviço Social**. In: Crise Contemporânea e Serviço Social. Edufal: Maceió, 2020.

PINHEIRO, Manuella Aragão; SOUZA, Reivan Marinho (orgs). **O trabalho na encruzilhada do tempo presente Virtualização, Precarização e controle**. Maceió: Edufal, 2023.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SILVA, Luiz Felipe Barros. **HOMEM *VERSUS* MÁQUINA? Forças Produtivas e Crítica da tecnologia capitalista na obra de Karl Marx.** 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS, Universidade Federal de Alagoas, Maceió 2023.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SOUZA, Reivan Marinho. **CONTROLE DE QUALIDADE E QUALIDADE DE VIDA: atuais formas de controle do capital sobre o trabalho na reestruturação empresarial brasileira nos anos 90** - Centro de Ciências Sociais aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2006.

SOUZA, Reivan Marinho (org). **"Liberdade" exploração e controle do trabalho: relação vital à acumulação capitalista**. Maceió: Edufal, 2017.

TOZI, Fábio. **Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais.** Editora Max Limonad, 2023.